

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

PEDRO VINÍCIUS PEREIRA BRITES

**A SITUAÇÃO NA PENÍNSULA COREANA:
ESTRUTURA, PANORAMA E CENÁRIOS**

Porto Alegre

2011

PEDRO VINÍCIUS PEREIRA BRITES

**A SITUAÇÃO NA PENÍNSULA COREANA:
ESTRUTURA, PANORAMA E CENÁRIOS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

Porto Alegre

2011

PEDRO VINÍCIUS PEREIRA BRITES

**A SITUAÇÃO NA PENÍNSULA COREANA:
ESTRUTURA, PANORAMA E CENÁRIOS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, ____ de _____ de 2011.

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins — orientador
UFRGS

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik
UFRGS

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte
UFRGS

Aos meus pais, pelo amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade que tive de lá concluir meus estudos. Gostaria, também, de agradecer ao meu orientador, o professor José Miguel Martins, pela confiança depositada, pela sua paixão pelo conhecimento que acabou me contaminando, e, principalmente, pela paciência com as inúmeras atividades acadêmicas que realizei e que, por vezes, fizeram com que não seguisse meu cronograma à risca.

Não poderia me esquecer, também, dos meus colegas (meus amigos) do grupo de pesquisa sobre Ásia do qual participo, Rômulo Pitt, Athos Munhoz, Bruno Magno, João Chiarelli e Lucas Kerr, que sempre me apoiaram nas horas mais complicadas em termos acadêmicos, seja na biblioteca, ou no Xirú. Especialmente, gostaria de agradecer ao *brother* que a vida me deu, Bruno Gomes Guimarães, pela inestimável ajuda dada e pela correção rigorosa que, simplesmente, viabilizou a execução deste trabalho.

Gostaria de lembrar, também; tendo em vista que esse trabalho é resultado de quatro anos de graduação, dos meus inúmeros amigos que me apoiaram nas horas mais complicadas, ou que simplesmente foram parceiros estratégicos para superar o cansaço gerado pela soma de trabalho e estudo. Cito, especialmente, meus *brothers*, Guilherme Ziebell e Roberto Fleck; e minhas queridas amigas, Cláudia Cruz, Aline Casagrande e Iara Machado. Além disso, devo citar àqueles que serviram como refúgio mental das vicissitudes acadêmicas: meus irmãos, Roberto e Simone Gomes; e a meus parceiros de todas as horas, Paulo Roberto Gomes e Luiz Fernando Gomes.

Por fim, gostaria de agradecer à Vanessa Müller, minha amiga e companheira de todas as horas, cujo carinho e apoio foram simplesmente insuperáveis ao longo da minha graduação. E, acima de tudo, gostaria de agradecer aos meus pais por tudo que eu tenho e sou. Sem a persistência deles em me fornecer uma educação de qualidade, me apoiando em todas as horas, mesmo as mais árduas, eu — definitivamente — não teria realizado esse trabalho e, nem teria chegado a essa universidade.

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a situação na Península Coreana, que permanece dividida entre norte e sul como herança da Guerra Fria e do colonialismo japonês, e as relações da República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) e da República da Coreia (Coreia do Sul) entre si e entre elas com os atores regionais. O objetivo central do mesmo é analisar os possíveis desdobramentos políticos que podem vir a ocorrer na região, bem como os impactos oriundos desses desdobramentos, através da utilização de ferramentas disponibilizadas pelo cálculo de cenários. Com isso, abstrai-se uma estrutura analítica comum para a compreensão dos desdobramentos políticos e militares na Península Coreana. Busca-se analisar também o papel dos principais atores regionais envolvidos no conflito: Coreia do Norte, Coreia do Sul, Estados Unidos da América (EUA), República Popular da China, Japão e Rússia. Para tanto, o trabalho divide-se em três capítulos. O primeiro foca a formação estrutural da identidade nacional atual dos coreanos, notadamente o passado comum, mas com a oposição entre as identidades das duas Coreias (ser sul-coreano é não ser norte-coreano e vice-versa). Um apanhado histórico de desde o final do séc. XIX até o final da Guerra Fria é realizado, e ele determina que os regimes político-econômicos divergentes são os principais legados deixados pela história às relações políticas intercoreanas. Já o segundo momento trata do período pós-Guerra Fria e os dias de hoje para a identificação da disputa entre neoconservadores e não-conservadores como sendo as forças em jogo atualmente. Ele também delimita a infraestrutura energética, a integração regional, a sucessão política nas potências regionais e a situação humanitária na Coreia do Norte como os principais indicadores políticos e econômicos atuais. Por fim, o terceiro capítulo traça um panorama político, identificando as principais variáveis estruturais, baseado nos capítulos anteriores: a política interna dos dois países, o ambiente regional, a situação econômica (inserido aí a questão energética e humanitária) e o fator cultural. Nele se desenham os três cenários propostos, quais sejam: a manutenção do *status quo*; o colapso norte-coreano e intervenção humanitária; e a reconciliação/federação coreana. No primeiro, a divisão permaneceria, mas com um aumento da interdependência entre os dois países e manutenção de conflitos de baixa e média intensidade; equilíbrio de forças regional é mantido. No segundo, poderia haver escalada do conflito em termos militares ou então o desafio jazeria na manutenção da paz e na reconstrução do Estado norte-coreano, sendo que o desempenho de cada ator seria determinante no equilíbrio de poder regional. O último cenário prevê um aumento da interdependência complexa entre os dois lados da península com diminuição de hostilidades, mas de perfil político incerto. Enfim conclui-se que o futuro da situação da Península Coreana está atrelado à polarização e à correlação de forças regionais, além da questão econômica interna de cada uma das Coreias. Percebe-se que no curto prazo há uma tendência à manutenção do *status quo*, mas que no médio e longo prazo o aumento da interdependência entre as Coreias pode vir a engendrar novas pressões em direção à reunificação.

Palavras-chave: Península Coreana. Coreia do Norte. Coreia do Sul. Atores regionais. Cenários. Balança de poder regional. Reunificação.

ABSTRACT

The present paper deals with the situation in the Korean Peninsula, which remains divided between North and South as a heritage of the Cold War and the Japanese colonialism, and with the relations of the Democratic People's Republic of Korea (North Korea) and of the Republic of Korea (South Korea) between themselves and with regional actors. Its main goal is to analyze the possible outcomes which may occur in the region, as well as the impacts coming from them, through the utilization of tools provided by the calculation of scenarios. With it, a common analytical structure for the understanding of political and military outcomes in the peninsula is deduced. The analysis of the role of the main regional actors involved in the conflict is also sought and they are: North Korea, South Korea, the United States of America, the People's Republic of China, Japan and Russia. For that, the paper is divided between three chapters. The first focuses on the current Korean national identity's structural formation, notably their common historical background, but with an opposition between the identities of the two Koreas (being South Korean means not being North Korean and vice-versa). A historical overview of since the end of the 19th century until the end of the Cold War is made, and it determines that the divergent political-economic regimes are the main legacies left by History to the inter-Korean political relations. The second moment copes with the post-Cold War period and the current days in order to identify the dispute between neoconservatives and non-conservatives as the main forces at play nowadays. It also delimits the energy infrastructure, the regional integration, the political succession in regional powers and the humanitarian situation in North Korea as the principal political and economic indicators today. Finally, the third chapter delineates a political overview, identifying the main structural variables, based on the previous chapters: the internal politics of each country, the regional environment, the economic situation (comprising the energy and humanitarian questions) and the cultural factor. In it, the three proposed scenarios are drawn, namely: maintenance of the *status quo*; North Korean collapse and humanitarian intervention; and reconciliation/Korean federation. On the first, the division would remain, but with an increase in the interdependence between both countries and the conservation of low and medium intensity conflicts; the regional balance of power is kept the same. On the second, there might be an escalation of the conflict in military terms or the challenge would lie on peacekeeping and North Korean state-building, so that the performance of each actor would be decisive on the regional balance of power. The last scenario foresees an increase of the complex interdependence between both sides of the peninsula with a decrease in hostilities, but of uncertain political profile. Ultimately it is concluded that the future of the Korean Peninsula's situation is linked to the regional polarization and to the regional correlation of forces, besides the internal economic question of each of the Koreas. It is noticed that in the short term there is a tendency towards the maintenance of the *status quo*, but that in the medium and long run the increase of the interdependence between the Koreas may come to engender new pressures towards reunification.

Keywords: Korean Peninsula. North Korea. South Korea. Regional actors. Scenarios. Regional balance of power. Reunification.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CONTEMPORÂNEA COREANA (SÉC. XIX–1991)	12
2.1 O fim da dinastia Joseon e a ascendência japonesa na Coreia	13
2.2 A segunda guerra mundial e a divisão da península	17
2.3 A Guerra da Coreia	19
2.4 A consolidação da divisão da península (anos 60)	23
2.5 O governo Nixon e a Doutrina Guam	26
2.6 Os anos 80 e o governo Reagan	29
3 O PÓS-GUERRA FRIA E O SÉCULO XXI	33
3.1 O fim da URSS e a nova dinâmica regional	34
3.2 A ascensão de Kim Jong Il e o governo Clinton	35
3.3 Kim Dae Jung e a <i>Sunshine Policy</i>	38
3.4 A Doutrina Bush (Eixo do Mal)	43
3.5 O fim da Era Bush e o adeus à <i>Sunshine Policy</i>	46
4 OS CENÁRIOS POLÍTICOS NA PENÍNSULA COREANA	50
4.1 Panorama estrutural da Península Coreana	50
4.2 Cenário I: manutenção do <i>status quo</i>	54
4.3 Cenário 2: colapso norte-coreano e intervenção humanitária	59
4.4 Cenário 3: reconciliação/federação coreana	61
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
6 REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar as relações entre as duas Coreias. Para isto, procura discutir a situação atual, seus possíveis desdobramentos no âmbito da península e da região.

Procura-se analisar o papel dos principais atores regionais envolvidos neste conflito, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Estados Unidos, China, Japão e Rússia. Para tanto se valerá das ferramentas disponibilizadas pelo cálculo de cenários, que prevê uma emulação de quadros futuros, objetivando abstrair uma estrutura analítica comum para a compreensão dos desdobramentos na península coreana. Afinal, as Coreias inserem-se no coração do leste asiático que, por sua vez, constitui-se no principal motor da APEC, responsável por 54% do PIB, e 44% do comércio mundial (APEC, 2011). Desse modo, da sorte das Coreias depende em grande medida o cumprimento das expectativas acerca do “século do pacífico”.

A península coreana, desde o início do século XX, tem sido marcada por alterações políticas que acabaram por influenciar a região como um todo. Essa interação entre o ambiente regional e a evolução política interna é determinante na trajetória das duas Coreias. Isso fica evidente quando se analisa a história coreana: destaca-se o exemplo da Guerra da Coreia — cujos desdobramentos determinaram o rumo da Guerra Fria e das condições de emprego de armas nucleares. Além disso, mesmo os atuais atritos de baixa e média intensidade entre os dois vizinhos servem também de exemplo, posto que influenciem na polarização do nordeste asiático, bem como na política das principais potências mundiais para a região.

Dessa forma, procura-se estabelecer referências em torno dos possíveis impactos que diferentes cenários gerariam na cena interna coreana e os efeitos que produziriam na correlação de forças entre os países da região. Por consequência, analisa-se o peso que as Coreias exercem no cenário internacional, bem como a sua importância estratégica para a definição da polarização regional — notadamente, a disputa indireta por influência entre China e Estados Unidos.

Desde sempre, a península foi objeto da cobiça das potências asiáticas no alvorecer do século XX. Acabou sendo colonizada pelo Japão (1910–1945). Esse período terminou com os anos de relativo isolamento e autonomia do Império Coreano. O período da colonização influenciou decisivamente o perfil das forças políticas que viriam a dominar a política coreana no pós-segunda guerra. A ascensão de Kim Il Sung e Syngman

Rhee representa a dicotomia política que define a divisão política após 1945. Como resultado, a Coreia foi dividida em duas zonas de influência: americana e soviética.

Na zona soviética, no norte do país, foi instalado um governo de orientação comunista; e no sul, um governo alinhado aos norte-americanos. Essa divisão arbitrária acabaria por culminar na Guerra da Coreia, que veio a ser uma das conflagrações mais violentas do século XX.

Esse conflito foi decisivo na trajetória da Guerra Fria na Europa, na medida em que serviu de parâmetro para a realização de um confronto entre as duas superpotências mundiais à época. Mesmo toda a superioridade armamentista dos Estados Unidos não foi o bastante para derrotar o exército chinês, e nem a guerra aérea suficiente para obter vantagens definitivas. Assim, serviu como um teste para um confronto na Europa. A Guerra da Coreia ainda seria relevante pelo uso massivo de armas de alta destruição realizado pelas tropas das Nações Unidas, sob o comando americano. Desde então, acabaram sendo escritas as regras da guerra fria, onde a norma foi a abstenção do emprego de tais artefatos.

A história da península coreana ajudou a moldar os rumos e o estilo de confrontação da Guerra Fria, mas também acabou sendo moldada por ela. Ao longo das décadas subsequentes, a trajetória político-histórica da península passaria por oscilações originadas dos ciclos políticos da própria disputa central entre Estados Unidos e União Soviética. Esse padrão de interação se verificou ao longo de toda a Guerra Fria. Em outros termos, as políticas adotadas por EUA e URSS influenciaram diretamente no nível de interação entre as duas Coreias e dessas com o restante da região.

A Guerra Fria foi o padrão que balizou as relações coreanas. Por isso, quando essa chegou ao final, o perfil de interação entre as Coreias entrou numa nova fase. A Coreia do Norte perdeu, assim, um dos seus maiores parceiros estratégicos e acabou buscando uma aproximação com o vizinho do sul e com os Estados Unidos. Esse diálogo teve seu auge no final da década de 90, durante a presidência sul-coreana de Kim Dae Jung com o lançamento da Sunshine Policy — uma política de cooperação e diálogo com o norte.

Entretanto, a chegada dos anos 2000 trouxe uma nova perspectiva para as relações intercoreanas. A instalação de governos — na Coreia do Sul e nos Estados Unidos — com perfil mais conservador reavivou a atmosfera de incerteza e afastamento entre as duas nações irmãs. A eleição de George W. Bush e, posteriormente, a de Lee Myung Bak representaram o fim da Sunshine Policy e a emergência de uma nova conjuntura política.

A partir dessa conjuntura, são traçados três cenários distintos que visam explicar — depois de identificados os fatores estruturais determinantes — os eventuais desdobramentos político-sociais que diferentes conjunturas gerariam. Serão analisados três cenários: (1) manutenção do *status quo*; (2) colapso norte-coreano e intervenção humanitária; e (3) reconciliação/federação coreana. A escolha desses cenários se dá pela viabilidade dos mesmos, e pela potencialidade que possuem — enquanto instrumentos de análise — de permitir uma compreensão mais complexa dos possíveis desdobramentos políticos para a conjuntura interna e externa das duas Coreias. A elaboração de cenários não é, de forma alguma, um exercício de futurologia, mas sim um elemento essencial no planejamento político, militar e estratégico. Pois, permite a definição de problemas pontuais, bem como de eventuais ameaças e nos fornece instrumentos para a prevenção de crises (BUILDER, 1983).

Assim, para realizar a tarefa de traçar os principais determinantes estruturais e conseguir definir quais seriam os principais efeitos gerados por uma mudança política, esse trabalho será dividido em três partes. A primeira focará na formação estrutural da identidade cultural atual dos coreanos, realizando um apanhado histórico desde o final do século XIX, passando pela guerra da Coreia, até o final da Guerra Fria — resgatando os principais elementos estruturais na moldagem da relação política entre as duas Coreias.

Já a segunda parte analisará o período do pós-Guerra Fria e os dias de hoje. Nela, identificam-se as forças em jogo atualmente, bem como se podem identificar os principais indicadores políticos — a dicotomia política que contrapõe os neoconservadores aos não-conservadores. Por fim, a última parte traçará um panorama político, identificando as principais variáveis estruturais: a política interna dos dois países, o ambiente regional, a situação econômica (inserido aí a questão energética e humanitária) e o fator cultural; e, por fim, nela se desenharão os três cenários propostos, buscando explicar quais seriam as principais consequências em cada um deles.

2 A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CONTEMPORÂNEA COREANA (SÉC. XIX–1991)

A península coreana foi marcada, ao longo do século XX, por mudanças drásticas que acabaram, não apenas por influenciar seu próprio futuro, mas também o do balanço regional de forças. Entretanto, ainda no século XIX, a relação da Coreia com os países vizinhos e com o ocidente começou a ser alterada. O império coreano, sob a dinastia Joseon (1392–1910), ficou marcado por seu baixo nível de interação com os impérios lindeiros, sendo conhecido como o império eremita (HARRISON, 2002). À exceção de expedições tributárias à China, os coreanos mantinham pouco contato com os vizinhos, e conseqüentemente, compreendiam parcialmente os impactos gerados pela intensificação dos contatos com o ocidente. A relevância de acontecimentos, como o estabelecimento do Tratado de Nanquim (1842)¹, e a chegada do Comandante Perry² ao Japão, que mudaram a correlação dos impérios do leste asiático com o mundo, não foi prontamente entendida pela dinastia Joseon (LEE, 2003).

A partir da guerra Sino-Japonesa (1894–5), a Coreia esteve diretamente envolvida na polarização regional, tendo, inclusive, tropas chinesas e japonesas em seu território. À época, a Coreia, que já mantinha relações com os Estados Unidos da América (EUA), acreditou que esse país interviria a seu favor em caso de uma atuação opressiva por parte de seus vizinhos. Porém, quando o Japão saiu vitorioso e decidiu exercer sua influência sobre a Coreia, os EUA optaram por manterem-se neutros. O Japão teve, ainda, de disputar com o Império Russo a influência sobre a Coreia, culminando na guerra Russo-Japonesa (1904–5). O resultado dela determinou a prevalência japonesa sobre a península. Assim, a Coreia passou a ser oficialmente zona de influência nipônica e acabaria por tornar-se colônia do Japão a partir de 1910.

A península coreana ficou sob o domínio japonês até o fim da segunda guerra mundial. Foi nesse período que a luta anticolonialista solidificou as bases políticas e sociais para a moldagem da Coreia no pós-1945, e que influenciariam o futuro da península até os dias de hoje. Nessa época, também emergiram as lideranças que viriam a ser fundamentais nos desdobramentos pós-segunda guerra mundial; notadamente, o cerne do vindouro Partido dos Trabalhadores Coreanos que controlaria a República Democrática

¹ O Tratado de Nanquim estabeleceu, entre outras coisas, que a China cederia Hong Kong aos ingleses e abriria cinco portos ao comércio britânico.

² A chegada da expedição do Comandante Perry, representando os Estados Unidos, marcou a abertura dos portos japoneses ao exterior.

Popular da Coreia (Coreia do Norte), e no exterior, o ativista político Syngman Rhee, que dirigiria a República da Coreia (Coreia do Sul).

A segunda guerra mundial que, na Ásia, contrapôs os interesses de Japão, EUA, União Soviética (URSS) e China, possibilitou que se iniciasse a divisão da península. Logo, a Coreia entrou na lógica da disputa entre EUA e URSS, e assim a península começou a ver solidificada uma divisão política, marcada pela oposição de projetos. No norte, onde as tropas soviéticas estavam, estabeleceu-se a República Democrática Popular da Coreia, liderada por Kim Il Sung; e no sul a República da Coreia, liderada por Syngman Rhee e apoiada pelos Estados Unidos. Essa divisão, não obstante, foi aprofundada de forma mais intensa a partir da Guerra da Coreia (1950–53).

Essa guerra ficou marcada pela intensidade e pela violência que assolou a península. Além do envolvimento das tropas do norte e do sul, o marcante envolvimento de tropas da ONU, lideradas pelos EUA, e de tropas chinesas foi decisivo para o rumo do conflito e para a conformação política estabelecida no pós-guerra. A guerra da Coreia foi importante não somente para a definição do futuro coreano, mas também foi o teatro que desenhou os desdobramentos da Guerra Fria na Europa, e estabeleceu os limites para o uso de armamento nuclear dali por diante (CUMINGS, 2010).

A partir de então, a Coreia permaneceu dividida, com dois projetos políticos distintos. Essa divisão gerou um afastamento que oscilou de intensidade ao longo da Guerra Fria, e viria a ter capítulos diferentes nas décadas subsequentes. Esse panorama só seria alterado pelas mudanças no sistema internacional que começaram a ocorrer na década de 80. Portanto, nesse capítulo buscar-se-á compreender a formação da identidade nacional coreana atual que remonta aos idos do século XIX, e que foram moldadas por essa gama de acontecimentos.

2.1 O fim da dinastia Joseon e a ascendência japonesa na Coreia

A dinastia Joseon, que durou aproximadamente cinco séculos, começou a cair a partir de metade do século XIX, quando o panorama regional começou a mudar drasticamente com a participação mais efetiva de potências estrangeiras no concerto asiático. O Império Coreano, até então, era caracterizado pelo relativo isolamento em

relação aos vizinhos, angariando a fama de império eremita. Nesse período, a península era unificada e controlada centralmente por forças políticas autóctones.

A Guerra do Ópio (1840–42)³ foi o primeiro episódio que fez os coreanos sentirem que a atmosfera política começava a mudar. A derrota chinesa na guerra culminou no Tratado de Nanquim (1842), que estabeleceu a abertura de portos chineses à Grã-Bretanha e a cessão de Hong Kong à Inglaterra. Os coreanos souberam desses fatos através de parcas notícias que obtinham em missões tributárias que realizavam à China. Naquela época, a Coreia era tributária do Império Chinês, e missões desse tipo eram o principal mecanismo de comunicação entre os dois vizinhos.

A chegada dos Estados Unidos ao Japão, por exemplo, não foi prontamente reconhecida pelos coreanos. Não havia uma política estabelecida para o relacionamento com o exterior, tanto que não havia uma compreensão efetiva dos desdobramentos que decorreriam dessas mudanças significativas que ocorriam. O grande príncipe, Taewongun (1821–1898), que governou a Coreia por 40 anos tinha uma clara política de afastamento das potências ocidentais e segregação da influência católica. Porém, vários desdobramentos regionais conduziram a Coreia ao jogo regional, o que acabaria por revolucionar a história coreana.

A partir de meados de 1870, a dinastia Joseon começou a rever essa posição de isolamento; assim, inclusive, para afastar-se da ameaça russa, buscou manter a proximidade com a China, estreitar os laços com o Japão e aliar-se aos Estados Unidos. Assim, em 1876, assinou o Tratado de Kanghai com o Japão que concedia privilégios aos vizinhos japoneses. Já em 1882 assinou o “Tratado de Paz, Amizade, Comércio e Navegação” com os EUA, que previa, entre outras coisas, o acesso americano aos portos coreanos. Esses tratados serviram de modelo para vários acordos subsequentes que a Coreia assinaria com outras potências estrangeiras.⁴

Essa convergência de interesses sobre a península culminou em uma disputa entre duas potências asiáticas, nomeadamente China e Japão. A Guerra Sino-Japonesa (1894–95) nasceu da disputa pela influência na península e terminou com a vitória japonesa. Dessa forma terminava a relação tributária entre China e Coreia. A China foi obrigada a reconhecer a completa autonomia da Coreia, abrindo caminho para uma maior influência japonesa sobre a península. Contudo, essa nova condição japonesa privilegiada

³ A Guerra do Ópio, também conhecida como guerra anglo-chinesa, foi uma disputa acerca da autonomia chinesa de restringir o comércio com as nações estrangeiras.

⁴ Entre essas potências destacam-se a Grã-Bretanha, Alemanha, Rússia e França.

obteve um novo antagonista: a Rússia. Durante todo esse período, os EUA mantiveram-se neutros, e não exerceram uma força de contraposição aos vizinhos, como esperavam os coreanos. À medida que os conflitos entre Rússia e Japão escalavam, a Coreia continuava a apelar por uma intercessão dos EUA, porém isso não veio a ocorrer, e culminou na Guerra Russo-Japonesa (1904–1905). Dez anos após a Guerra Sino-Japonesa, um novo conflito emergia na região e colocava em lados opostos duas potências regionais lutando pela hegemonia regional (LEE, 2006). Ao término da guerra, seu tratado de paz decretou o predomínio japonês na região e determinou que o Japão tivesse influência e autonomia para proteger seus interesses na Coreia.

Em seguida, o segundo acordo Japão-Coreia estabeleceu a Coreia como um protetorado japonês e limitou a soberania do país. Em 1907, na Conferência de Paz de Haia decidiu-se que a Coreia não tinha direito como nação soberana, e, conseqüentemente, o Japão pôde desenvolver seu domínio sobre a península. Esse domínio acabou por ter seu ápice em 1910, quando o Japão formalmente anexou a Coreia como uma colônia. Dessa forma aboliu-se o Império Joseon, bem como a relação especial da Coreia com as demais potências estrangeiras. Os Estados Unidos inicialmente condenaram a colonização coreana, porém acabaram por aceitar a nova condição coreana, em troca de apoio japonês para o domínio americano nas Filipinas (JONGSOO LEE, 2006).⁵ Portanto, pode-se dizer que a colonização da Coreia surgiu como efeito da ascensão japonesa como potência moderna no leste asiático.

O período de domínio japonês exerceu uma influência decisiva no futuro da península, não apenas pelo fato de ter alterado a estrutura econômica da península, mas por ter sido nesse período que ascenderam os líderes que viriam a dominar a política coreana após a segunda guerra mundial. Isso está diretamente ligado ao fato de que o domínio japonês nunca foi visto de forma natural, sendo concebido como algo humilhante e degradante (CUMINGS, 2010), o que instigou o surgimento de um movimento nacionalista e de repulsa à presença japonesa. Syngman Rhee, futuro líder da Coreia do Sul, surge como figura importante nesse período. Ele tinha boas conexões com missionários cristãos nos EUA, e por isso, em meados do século XX, foi encarregado de ir até lá para negociar um apoio que pudesse evitar a escalada do domínio japonês. Sua missão não obteve sucesso, e ele acabou se fixando nos EUA. Em 1919 houve o primeiro movimento de manifestações e de insurgência contra o domínio nipônico. Ele foi

⁵ As Filipinas se tornaram zona de influência norte-americana em 1902, logo após um conflito iniciado em 1899 (CUMINGS, 2007)

rapidamente suprimido pelos japoneses, gerando um fluxo de refugiados em direção à China. Vários opositores, parte desse fluxo de refugiados, fugiram pra Xangai e fundaram o Governo Coreano Provisório (GCP) elegendo Rhee como presidente. Após esses acontecimentos, a presença japonesa passou a balizar mais fortemente os desdobramentos políticos na península. A região ficou dividida entre aqueles que viam a presença japonesa com olhos menos críticos e aqueles que buscaram a alternativa da luta armada contra o domínio japonês. Isso somado ao fluxo de refugiados à China ocasionaria o surgimento de um movimento guerrilheiro antijaponês no nordeste chinês.

A presença japonesa ficou marcada, também, pela instalação de um complexo de infraestrutura diferenciado na península. Ocorreu a construção de estradas, portos, ferrovias e complexos industriais que facilitavam a extração de recursos coreanos por parte do Japão. Contudo, esse investimento apenas fomentou uma divisão estratégica do país. O norte foi voltado para atividades industriais, e o sul para atividades agrícolas. Dessa forma, a península ficou estruturalmente dividida, bem como incluída na lógica imperialista do Japão do início do século passado (DUDDEN, 2005).

O movimento nacionalista na Coreia foi bem segregado. Não havia um projeto único, mas sim diferentes correntes com diferentes objetivos políticos. A Coreia sempre fora uma nação independente, que por cerca de um milênio manteve uma unidade étnica e cultural, porém a ascendência japonesa acabou por forçar uma divisão, que exacerbou as estratificações sociais existentes no âmago da sociedade coreana e que ficavam escondidas sob o manto social do Império (CUMINGS, 2010). Assim, Essa estrutura social coreana oriunda de séculos acabou por emergir quando da dominação japonesa. A maioria da população era de camponeses, sendo muitos deles escravos⁶; a aristocracia (*yangban*) que dominava a terra e a economia acabou por ser instrumentalizada pelos colonizadores — isso facilitava o controle japonês sobre a península.

Na década de 20, o Japão afrouxou seu controle sobre a península. Isso permitiu o surgimento de uma elite intelectual que poderia vir a governar o país. Contudo, o Japão intensificou seu domínio sobre a Coreia e conseqüentemente a repressão com a depressão econômica do final da década. Assim, sobraram poucas opções para os coreanos: ou colaborava-se com os japoneses, ou buscava-se a opção armada como forma de resistir a esse domínio. Em 1931, o Japão decidiu invadir o nordeste da China, especificamente três províncias, e estabeleceu, em 1932, um Estado fantoche, denominado Manchukuo.

⁶ A escravidão era uma condição hereditária

Essa atitude japonesa mais drástica foi ao encontro da necessidade de controlar as reservas de carvão da região. Conforme já visto, essa região recebeu muitos coreanos que haviam fugido do país ou buscando uma melhor condição de vida, ou para fugir do domínio japonês. Destarte, começaram os enfrentamentos entre os japoneses e chineses, e guerrilhas coreanas, que só aumentaram ao longo da década, e forçaram uma repressão ainda mais violenta por parte dos japoneses.

Foi nesse panorama que ascendeu uma das principais figuras na história coreana: Kim Il Sung. A atuação das guerrilhas coreanas foi bastante significativa e representou um verdadeiro movimento patriótico de resistência ao domínio japonês. Nesse contexto, Kim Il Sung, que liderara uma das células guerrilheiras, ascendeu no imaginário popular e na confiança das tropas sob seu comando. Ele teve particular destaque em sua participação na batalha de Ponch'onbo, na qual a guerrilha conseguiu controlar uma cidade japonesa por algumas horas, tornando-se uma conquista bastante representativa para os coreanos. Kim se juntou a um grupo marxista ainda em 1929, e permaneceu na luta anticolonialista até 1940, fazendo parte, também, do Exército Antijaponês do Nordeste da China (EAJNC).

2.2 A segunda guerra mundial e a divisão da península

A segunda guerra mundial para a Coreia é, sem dúvida, um dos episódios mais marcantes na sua trajetória histórica. Essa relevância se dá pela atuação destacada do Japão militarista dos anos 40, que acabou por disputar com os EUA, o domínio do Pacífico (MAGNO et al., 2010). Esse conflito no grande teatro geraria impactos diretos para o imediato porvir da segunda guerra; ficando a Coreia ocupada pelas forças norte-americanas e soviéticas, após a derrota japonesa.

A indiferença que marcava a relação das potências, tais como os EUA, para com a Coreia, começou a desaparecer a partir da deflagração do conflito mundial na Ásia. Já na Conferência do Cairo de 1943, que reuniu líderes de EUA, Reino Unido, China, entre outros, foi discutida a questão coreana — ficando estabelecido que após o término do conflito a Coreia voltaria a ser livre e independente. Porém, essa nova fase não surgiria de forma abrupta, haveria uma transição, um processo gradual de independentização (JONGSOO LEE, 2006). Portanto, a declaração de Cairo tornou-se importante no rumo

coreano, na medida em que estabeleceu uma espécie de tutoria para a Coreia. Esse período de gradual reanexação de independência seria o primeiro estágio político que culminaria na Guerra da Coreia menos de uma década mais tarde.

A divisão do território coreano ocorreu de forma arbitrária, e a “fronteira” ficou definida sobre o paralelo 38. Portanto, foram estabelecidas duas zonas de ocupação distintas: uma soviética e outra estadunidense. Essa divisão atendia ao interesse estadunidense de manter sob seu controle a capital Seul, que àquela altura era indubitavelmente a maior cidade coreana (MALKASIAN, 2001). O temor norte-americano era de que o exército de Stalin ocupasse toda a península, e assim a utilizasse como plataforma de projeção soviética (PIKE, 2010). Por outro lado, para os soviéticos era fundamental garantir que a península não fosse usada como trampolim para atacá-la, como já ocorrera outrora. Com isso, as tropas soviéticas entraram na Coreia logo ao final da guerra. Kim Il Sung chegou mais tarde ao país, após não ser atendido em sua reivindicação de comandar as forças que chegariam ao país.⁷ A porção setentrional da península — zona de ocupação soviética — era maior do que aquela controlada pelos EUA, concentrando a maior parte do complexo industrial instalado pelos japoneses. Essa divisão da Coreia pode ser incluída na lógica de descolonização (ou fim dos impérios coloniais) do pós-segunda guerra mundial.

Na zona soviética, um ano após a chegada soviética, foram implementadas algumas medidas de “estabilização”. Essas medidas, que já estavam sendo testadas na Europa Oriental, incluíam a nacionalização de toda a indústria pesada, reforma agrária com redistribuição de terras, igualdade de sexo, novo código eleitoral, entre outros. Essas medidas iam ao encontro dos anseios da maioria da população norte-coreana, já que essa maioria era composta por camponeses e trabalhadores de baixa renda. Além disso, essas medidas adotadas buscavam estabelecer na zona um regime que não viria a ser opositor de Moscou. Em contrapartida, na zona de ocupação norte-americana, a escolha, inicialmente, deu-se pela utilização da burocracia japonesa já instalada. Posteriormente, seriam utilizados os serviços daqueles repatriados nacionalistas que fizeram sua carreira bem longe da Coreia — como é o caso de Syngman Rhee. Ele tornou-se o líder escolhido pelos EUA para comandar a zona de ocupação do sul. Entretanto, essa não era uma escolha natural. Ele não gozava de popularidade, e sua administração ficou marcada pela corrupção. Contudo, mesmo assim, em julho de 1948, foi estabelecida na zona do sul, a

⁷ Não há certeza a respeito da data em que Kim chegou a Coreia. Sabe-se que foi pouco tempo depois da chegada soviética, e que ele já chamava a atenção de Stalin por destacar-se dos demais coreanos.

República da Coreia (RC), que possuía uma constituição própria e um exército treinado e patrocinado pelos EUA.⁸ Quase que simultaneamente, no norte constituiu-se a República Popular Democrática da Coreia (RPDC), liderada por Kim Il Sung.

Por conseguinte, institucionalizava-se a divisão sugerida pelas forças de ocupação. Com isso, a construção de confiança prevista na Conferência do Cairo e de Moscou (1945) foi dispensada, dando lugar a uma península dividida política e economicamente. A divisão da Coreia foi resultado de fatores internos e externos. Internos, pois as forças políticas àquela altura eram muito diversas. Externos, pois não interessava à URSS um Estado capitalista inclinado aos EUA, e para os EUA não interessava um estado neutro ou com tendências socialistas que pudesse se virar para a URSS. Esse processo viria a culminar na Guerra da Coreia, que acabaria por marcar decisivamente o futuro da sociedade coreana.

2.3 A Guerra da Coreia

A guerra da Coreia iniciou em junho de 1950, e até hoje é difícil afirmar qual dos dois lados de fato começou a ofensiva (CUMINGS, 2010). Tanto Kim quanto Rhee buscavam reunificar a Coreia sob seu manto político e perpetuaram uma série de ameaças ao longo dos dois anos entre o estabelecimento dos novos países e o início da guerra (MAGNO, PITT & BRITES, 2011). A decisão norte-coreana de escalar o conflito para uma guerra convencional deu-se em virtude das inúmeras provocações, reiteradamente, feitas pelo sul, e pelo fato de as guerrilhas no sul não estarem alcançando sucesso na sua empreitada de abalar o regime de Syngman Rhee.

A guerra na Coreia pode ser dividida em quatro fases, de acordo com Edwards (2006). Em um primeiro momento, as tropas do norte empurraram as forças do sul, tomaram Seul e as encurralaram próximas ao perímetro de Busan. Na sequência, com a chegada das forças das Nações Unidas, lideradas pelo General MacArthur⁹, através de um ataque anfíbio que desembarca no porto de Incheon, consegue cortar as linhas de suprimento do Exército Popular da Coreia do Norte (EPCN), e reverte a série de vitórias

⁸ A administração Truman treinou e capacitou 60 000 homens do exército sul-coreano. A partir disso, sentiu-se confiante para sair da Coreia. Esse cálculo estratégico foi levado em conta pelos norte-coreanos, que julgavam que a Coreia não era ponto fundamental na estratégia americana para Ásia (PIKE, 2010).

⁹ O General Douglas MacArthur era comandante das forças dos Estados Unidos.

que esse vinha obtendo. A partir disso, as forças da ONU — lideradas pelos Estados Unidos — empurram o EPCN para além do paralelo 38, atendendo à resolução do Conselho de Segurança da ONU¹⁰ que determinava o retorno ao *status quo ante* ao ataque norte-coreano. A partir daí, os Estados Unidos optaram por exceder o mandato que lhes fora concedido, e decidiram destituir o governo de Kim Il Sung. Avançaram além do paralelo 38, e empurram as forças norte-coreanas até as proximidades do Rio Yalu (Amnokgang), na fronteira com a China, a fim de reunificar a península sob sua bandeira.

A terceira fase é caracterizada pela entrada do Exército Chinês de Libertação Popular (ECLP) no conflito. Nessa fase, as forças da ONU são empurradas para além do paralelo 38, sofrendo uma sequência de sérias derrotas. Essa é uma das fases mais cruéis da guerra e durou cerca de um mês. Já a quarta e última fase, é caracterizada por ser um momento de pouco avanço significativo — as tropas da ONU utilizam uma tática de exaustão do exército chinês (DUARTE, 2009), o que culmina no armistício de 1953.

O conflito coreano foi um dos mais violentos do século XX. Envolveu direta, ou indiretamente, as principais potências da época e serviu como um grande teste para a evolução da Guerra Fria como um todo. É nesse período que fica estabelecido a política para o uso de armas de destruição em massa, e que os Estados Unidos percebem que apesar de sua superioridade militar, isso não bastaria para, por exemplo, obter uma vitória contra exército soviético na Europa. Assim, não há como negar a extrema relevância do conflito na península para os desdobramentos regionais e até mesmo globais (MALKASIAN, 2001). Isso sem mencionar o quão determinante esse episódio é para o futuro da história coreana.

A entrada dos Estados Unidos na guerra ocorreu devido ao colapso surpreendentemente instantâneo das forças do Exército da República da Coreia (ERC). O EPCN, devido ao fato de contar com efetivos que participaram dos conflitos na Manchúria, era muito mais habilidoso do que o ERC. Os americanos também subestimavam as habilidades do EPCN. Além disso, o presidente Truman e o general MacArthur não acreditavam que Rússia e/ou China entrariam no conflito. Por isso, quando optaram por exceder o mandato que lhes fora concedido pelas Nações Unidas, e forçaram a “Grande Retirada Estratégica” do Exército de Kim Il Sung, imaginavam que seria a oportunidade perfeita para extirpar o governo comunista da península.

¹⁰ A resolução 82 do Conselho de Segurança determinava que as forças norte-coreanas fossem empurradas até o paralelo 38, a fim de restabelecer a existência dos dois governos, que segundo a ONU, teriam sido legalmente constituídos.

A reação norte-americana à investida norte-coreana se encaixa dentro âmbito da doutrina Truman, que previa a intervenção dos Estados Unidos em caso de ataque a uma nação democrática. Entretanto, segundo Cumings (2004), o conflito na Coreia não pode ser definido como uma agressão interestatal, mas sim como um conflito de ordem interna, posto que o limite estabelecido para dividir a península tivesse sido arbitrariamente concebido e não se tratasse de uma fronteira internacional.

Além dessa questão legal, o conflito coreano ficou marcado pelas inúmeras atrocidades realizadas por ambos os lados. Quando as forças da ONU empurraram os norte-coreanos em direção à China, muitos prisioneiros foram mortos e até mesmo a população civil da Coreia do Sul era assassinada ante qualquer suspeita de colaboração com as forças comunistas (LEE, 2006). Alguns desses massacres tornaram-se mundialmente conhecidos, como é o caso dos massacres de Non Gun Ri e Geochang¹¹. Esses ataques aconteciam sob a alegação de serem preventivos à infiltração das guerrilhas. Esses massacres eram constantes, e aconteciam dos dois lados da trincheira.

Posteriormente, quando os chineses entraram no conflito, e as forças norte-americanas tiveram de se retirar, MacArthur ordenou que se estabelecesse uma área de destruição plena. Os ataques aéreos deveriam destruir quaisquer cidades, instalações industriais, vilas, ou construções que pudessem facilitar a reorganização norte-coreana. De fato, até mesmo hidrelétricas foram atingidas, causando grandes inundações. Um exemplo disso é o bombardeamento sistemático da usina hidrelétrica de Su'pung, que era uma das maiores da região e responsável por grande parte do abastecimento norte-coreano. Os ataques a hidroelétricas não ficaram restritos a uma única usina, mas sim a um total de treze, e objetivavam gerar uma pressão política capaz de suscitar uma paz favorável aos Estados Unidos. Além disso, a quantidade de explosivos utilizada nessa retirada superou o total de explosivos utilizados contra o Japão na segunda guerra mundial (CUMINGS, 2010; MAGNO, PITT & BRITES, 2011), sendo compostos por material de alta destruição — como o Napalm, que foi utilizado de forma massiva — o que potencializou o poder de devastação. Há, inclusive, o registro de utilização de armas químicas e biológicas por parte das tropas de MacArthur (CUMINGS, 2010). Sua ideia era utilizar armas nucleares a fim de incapacitar plenamente as forças comunistas, criar uma espécie de “anel de cobalto radioativo” que impediria a utilização da região por alguns anos.

¹¹ O massacre de No Gun Ri foi perpetrado pelas forças norte-americanas contra a população civil sul-coreana que fugia do avanço norte-coreano. Quando tentavam passar pelas linhas do sul, foram mortos sob a suspeita de serem nortistas infiltrados. O massacre de Geochang, por sua vez, foi conduzido pelas tropas sul-coreanas e atingiu centenas de pessoas, incluindo crianças.

Isso acabou não ocorrendo, e MacArthur acabou sendo retirado do comando das tropas. Entretanto, mesmo assim, as perdas durante o conflito foram bastante significativas, oscilando entre 3,5 a 5 milhões de pessoas (CUMINGS, 2010). Além das perdas humanitárias, a Guerra da Coreia trouxe sérios problemas à infraestrutura norte-coreana, principalmente, e viria a comprometer a retomada econômica norte-coreana no pós-guerra. Mais do que isso, a guerra atingiu seriamente a identidade cultural dos coreanos, pois colocou em lados opostos — em uma guerra fratricida — uma nação que desde a antiguidade fora caracterizada por ser unificada social e culturalmente (MAGNO, PITT & BRITES, 2011).

Com o avanço chinês, os Estados Unidos ficaram em uma posição delicada. Ou escalavam o conflito, em uma atitude que requisitaria mais engajamento e que poderia ocasionar uma intervenção direta da União Soviética; ou teriam de se retirar. Por isso, optaram por uma terceira via, ou seja, a busca por um acordo de paz que garantisse a manutenção da península dividida, o que permitiria uma presença norte-americana na região (MALKASIAN, 2001). Para atingir esse objetivo, os EUA passaram a se engajar em uma guerra limitada. Em uma guerra limitada o principal objetivo não é a destruição completa das tropas inimigas, mas sim conquistar vitórias pontuais que permitam um ambiente de negociação mais favorável. Além disso, uma guerra limitada não prevê um engajamento pleno, o nível de interação da sociedade beligerante é baixo, e o nível de recursos mobilizados é escasso (DUARTE, 2011).

Assim, quando as negociações de paz começaram, os EUA já desejavam o estabelecimento de um cessar-fogo que pudesse determinar o fim dos embates. Todavia, não foi possível chegar a um tratado de paz. O único resultado foi um armistício — que estabeleceu uma linha de demarcação entre as duas Coreias e determinou que os dois exércitos deveriam se afastar dois quilômetros dessa linha, estabelecendo assim a zona desmilitarizada (que persiste até os dias de hoje) que afasta as forças oponentes. Esse armistício não instituiu, contudo, uma demarcação adequada dos limites marinhos, nem concluiu um processo de paz — através de um tratado —, e também não resolveu nenhuma das questões que originaram a guerra.

2.4 A consolidação da divisão da península (anos 60)

Logo após a determinação do armistício em 1953, as duas Coreias entraram em uma fase de reconstrução. O término do conflito consolidou a existência de dois estados distintos; a Coreia do Sul como um estado cliente dos Estados Unidos, e a Coreia do Norte como um estado comunista. A Conferência de Genebra, realizada em 1954, buscava atingir um resultado satisfatório que recolocasse no horizonte a hipótese de reunificação. No entanto, as negociações a esse respeito falharam. A confirmação do surgimento de dois Estados distintos passou a interferir diretamente na cultura e na sociedade coreana. A identidade cultural passou a ser baseada — em cada estado — na busca por uma trajetória totalmente oposta a do outro. A legitimidade cultural de cada um dos dois Estados baseava-se na antítese do outro estado. Em outros termos, ser sul-coreano era não ser comunista (ou mesmo ser anticomunista), ao passo que ser norte-coreano, era não estar incluso na lógica capitalista e imperialista. A cultura coreana foi sendo sobreposta pela cultura da Guerra Fria (BLEIKER, 2005).

Na Coreia do Sul, Syngman Rhee permaneceu no poder, após ser reeleito em 1952 depois de uma onda de repressão contra seus opositores. Os Estados Unidos assumiram uma postura bastante ostensiva em relação à Coreia do Sul, assumindo a responsabilidade pela segurança nacional, controle operacional, treinamento militar e fornecimento de material bélico (LEE, 2006). O apoio norte-americano ia além das questões militares, transbordando para as questões econômicas e políticas. Isso acabou sendo consolidado pelo tratado de defesa mútua, que além de manter Rhee sob sua égide, colocava a Coreia do Sul no centro da sua doutrina de contenção do comunismo. Essa preocupação com Rhee se justificava na medida em que ele insistia na tentativa de reunificar a península a seu modo, o que para o governo de Eisenhower era impensável àquele momento.

O apoio financeiro americano à Coreia do Sul, no período entre 1953–61, atingiu a casa dos quatro bilhões de dólares (sendo 2,5 bilhões de assistência econômica e 1,5 bilhões em ajuda militar), conforme Lee (2006). Essa aliança estratégica tinha como objetivo principal garantir a estabilidade da Coreia do Sul no pós-guerra, e diminuir a chance de que um governo fragilizado fosse derrubado por forças internas, ou pudesse ser atacado pelo vizinho do norte. Assim, o governo norte-americano aumentou seus esforços para que se criasse na Coreia do Sul um sistema político mais democrático e baseado na

defesa e proteção dos direitos humanos. As eleições de 1960, que reelegeram Rhee como presidente, foram marcadas por denúncias de corrupção e fraude. Com a morte do principal candidato de oposição — Chough Pyong Ok¹² — o presidente teve seu caminho facilitado; embora violentos protestos contra a administração de Rhee começassem a emergir por todo o país¹³. O governo norte-americano, insatisfeito com a situação, pressionou o governo sul-coreano alegando que o comportamento antidemocrático era inaceitável e que colocava a sua relação com a Coreia em xeque.

A situação agravou-se, aumentaram as pressões externas e internas contra Rhee, e ele acabou renunciando em abril de 1960 — era o fim da primeira república coreana. Após novas eleições, uma mudança constitucional instituiu um sistema parlamentarista¹⁴. A segunda república durou pouco tempo, apesar de ter chegado ao poder com apoio popular. Ela não conseguiu realizar as reformas necessárias — tanto economicamente, quanto politicamente —, o que culminou em um golpe de estado em 1961.

Esse golpe instituiu Park Chung Hee¹⁵ como o novo líder nacional. Logo após dissolver a Assembleia Nacional, ele reafirmou seu comprometimento com a bandeira anticomunista e anunciou um programa de desenvolvimento econômico quinquenal que estabeleceria a Coreia como uma plataforma de exportação. Ele ainda criou a Federação das Indústrias Coreanas e forneceu um sistema de empréstimos a baixo custo para fomentar a industrialização. Esse processo iniciou a rápida industrialização e o desenvolvimento sul-coreano dos anos 60, e marcou também a ascendência dos *chaebols*. Similares aos *Zaibatsus* japoneses, eles caracterizavam-se por serem grandes conglomerados empresariais controlados por algumas famílias, e fortemente apoiados pelo governo (MAGNO, PITT & BRITES, 2011).

Nesse período, a Coreia do Sul experimentou um grande desenvolvimento econômico que atingiu cerca 9% ao ano, em alguns momentos (HYUNG_A, 2004). Esse processo, aliado aos altos investimentos japoneses e norte-americanos, consolidou a economia sul-coreana, fazendo a Coreia do Sul ser conhecida como um dos quatro “tigres asiáticos” (MAGNO et al, 2011). Park ainda se elegeria em 1963 e 1971, porém a demanda por produtos coreanos decaiu com o fim da Guerra do Vietnã, dada a recessão da economia norte-americana, e, por conseguinte, o milagre econômico sul-coreano arrefeceu (PIKE,

¹² Chough Pyong Ok era líder do partido democrático de oposição que liderou os protestos contra Rhee.

¹³ Esses protestos que culminariam na queda de Rhee são conhecidos como a Revolução de Abril.

¹⁴ Essa foi a única vez na história sul-coreana que tal sistema vigorou.

¹⁵ Park Chung Hee era um general sul-coreano.

2010). Para os Estados Unidos a questão mais relevante era conseguir construir uma ligação mais forte entre Coreia do Sul e Japão que conseguisse estabelecer um panorama securitário mais sólido no leste asiático. Com Hee, isso ficou mais próximo de ser atingido, afinal, ele não nutria tantos sentimentos antijaponeses. Tanto é que em 1965, eles assinaram o Tratado de relações básicas e outros acordos com o Japão, que previa cooperação na área econômica, pescaria, e boa vizinhança.

Na Coreia do Norte, no pós-guerra, emergiu a doutrina *juche*. O seu ideário é, talvez, o elemento mais central de coesão social norte-coreana contra as ameaças externas, visto que, definido como a doutrina da “autoconfiança”, estabelece que o povo coreano é o senhor do destino e desenvolvimento do país — além disso, serve como embasamento político para as ações do próprio governo (SCOBELL, 2005). O ideário *juche* é acima de tudo uma forma de nacionalismo, já que define que os problemas da Coreia vêm antes de qualquer outra coisa. O núcleo central dessa doutrina está baseado na independência política, autossustentação econômica e capacidade de defender-se militarmente.

Paralelamente, nesse período, a Coreia do Norte formalizava e aumentava os laços de cooperação com os seus aliados principais: a União Soviética e a República Popular da China. A preocupação do governo norte-coreano devia-se à busca pela sobrevivência do seu país, bem como do regime. Inicialmente, o governo de Sung buscou reconstruir a nação através de investimento em indústria pesada — em contraste com o modelo predominante na vizinha do sul, na qual os investimentos maiores foram em indústrias leves e na agricultura. A busca por uma aliança estratégica com China e URSS se intensificou, à medida que os governos de Eisenhower e Kennedy demonstraram adotar uma política externa agressiva e que os primeiros desentendimentos entre os dois maiores países comunistas começaram a emergir. Em 1961, Kim Il Sung obteve dois tratados estratégicos. Quase que simultaneamente assinou tratados com URSS e China, estabelecendo um sistema de aliança parecido com o obtido pela Coreia do Sul em relação aos EUA.

No plano econômico, em 1958, o governo norte-coreano lançou o programa *Chollima* (cavalo voador), que buscava recuperar rapidamente o atraso econômico em relação aos países ocidentais — e inspirava-se no Grande Salto Adiante (Chinês) e na Coletivização de Stalin dos anos 30. Entretanto, o sucesso esperado não foi obtido. Depois de um período de crescimento significativo¹⁶, os trabalhadores e os gestores das fazendas

¹⁶ Esse crescimento chegou a ser de cerca de 35% nos primeiros quatro anos (SNYDER & LEE, 2010)

coletivas e das empresas estatais ficaram exauridos em suas capacidades; além disso, o planejamento central esgotou sua capacidade de reagir frente aos diversos gargalos econômicos que começaram a surgir¹⁷. Em 1962, Kim lançou seu novo slogan: “Armas em uma mão, e o martelo e a foice na outra”. A partir disso, a Coreia do Norte — assim como ocorrera com a vizinha do sul — entrava em uma fase de militarização: em um período de três anos os gastos militares passaram de 6% para 30% do PIB (GLOBAL SECURITY, 2011). Porém, nesse mesmo período, o governo de Kruschchev na URSS diminuiu a ajuda econômica, e a Coreia do Norte acabou entrando em um momento de estagnação econômica.

Ainda na década de 1960, o programa nuclear norte-coreano — objeto de disputa até os dias de hoje — teve início. A construção de um grande centro de pesquisa em energia nuclear na cidade de Yongbyon, com suporte soviético, foi o primeiro grande passo na obtenção dessa tecnologia — e em 1965, um reator IRT-2M foi instalado nesse centro de pesquisa. A busca por tecnologia nuclear não apenas atendia a objetivos estratégicos, mas também a uma demanda energética e possibilitava a utilização das grandes minas de urânio de alta qualidade que possuía a Coreia do Norte.¹⁸

Por fim, a década de 60 ficou marcada pelos atritos entre as duas Coreias. Até como reflexo das relações predominantes na Guerra Fria, Coreia do Sul e do Norte permaneceram voltadas de costas uma à outra. Entre 1967 e 1968, por exemplo, foram registrados cerca 1.500 incidentes na zona desmilitarizada, e nesse mesmo ano ocorreu um grande atentado promovido pelos norte-coreanos contra o palácio de Park Chung Hee em Seul. A atitude hostil, que marcou o perfil de interação entre as duas Coreias, prevaleceu durante a década de 60 e não permitiu que a questão da reunificação, por exemplo, fosse debatida. Entretanto, esse panorama começaria a mudar a partir da década de 70.

2.5 O governo Nixon e a Doutrina Guam

O final da década de 60 ficou marcado pela crise enfrentada pelos EUA no Vietnã e pelo início de uma crise econômica que viria a culminar no fim do padrão-ouro

¹⁷ Entre esses gargalos encontram-se a falta de terras aráveis, trabalho qualificado, energia, deficiências no sistema de transporte, desequilíbrios entre diferentes setores da economia.

¹⁸ Estima-se que à época a Coreia do Norte possuía reservas de cerca de 4 toneladas de urânio (GLOBAL SECURITY, 2011).

em 1971. Esse panorama global gerou efeitos desestabilizadores na relação entre as duas Coreias e seus principais aliados. Com a chegada de Nixon ao poder nos EUA e a adoção da Doutrina Guam — que estabelecia um desengajamento norte-americano na Ásia — o paradigma político que norteava as ações de política externa dos países asiáticos mudou drasticamente.

A doutrina Nixon buscava estabelecer uma arquitetura regional que concedesse mais poder aos atores regionais com relações mais próximas aos EUA. Assim, a responsabilidade norte-americana de prover as ações de defesa diminuiria e os EUA teriam menores custos de manutenção em relação aos que possuíam com a doutrina de contenção dos anos 60. Esse novo panorama gerou um arrefecimento no crescimento vertiginoso da economia sul-coreana. Isso implicou reflexos nas eleições de 1971, nas quais o presidente sul-coreano, Park, não obteve uma vitória tão significativa como a que obtivera nas eleições anteriores. Essas eleições ficaram marcadas pelo surgimento das primeiras manifestações contra o governo de Hee e pela ascensão, enquanto candidato de oposição, de uma figura que viria a marcar a política sul-coreana pouco mais de vinte anos mais tarde: Kim Dae Jung.

Ademais, o governo Nixon buscou uma diplomacia de distensão com a República Popular da China. Isso permitiu que as duas Coreias se aproximassem. Já em 1971, o início de negociações entre as duas Coreias trouxe um novo sopro de esperança para um entendimento que levasse a uma diminuição das tensões. E um ano mais tarde, um acordo que lançava bases e mecanismos conjuntos para uma futura reunificação foi alcançado: o Comunicado Conjunto Norte-Sul.

Após a queda de Nixon e os anos hesitantes de Ford, Carter chegou ao poder reafirmando as bandeiras defendidas por Nixon no que tange a Ásia. A chegada de Carter trouxe alguns desafios ao governo de Park Chung Hee: primeiramente, ele anunciou a retirada de tropas norte-americanas da Coreia do Sul, aumentou a pressão por investigações no caso “*Koreagate*”¹⁹, para que fossem adotadas medidas de combate aos desmandos políticos e aos abusos dos direitos humanos. Essa nova postura do governo norte-americano deixou o governo de Park em uma encruzilhada política, pois ele utilizava a luta anticomunista como elemento de coesão social. O governo de Hee teve de adotar

¹⁹ O caso *Koreagate* é um escândalo que envolveu políticos sul-coreanos que teriam subornado congressistas norte-americanos para que esses votassem a favor de interesses coreanos. Essa teria sido uma das causas da não retirada das tropas norte-americanas da Coreia do Sul durante o governo Nixon.

uma postura igualmente flexível com a adoção de uma postura de diálogo com a China por parte de seu parceiro estratégico, os EUA.

No entanto, esse novo comportamento não foi capaz de arrefecer o descontentamento existente dentre a população. Isso levou Park a decretar lei marcial em outubro de 72 — marcando o início da quarta república sul-coreana.²⁰ Embora a nova constituição adotada permitisse uma maior concentração de poderes por parte do presidente, ela não prejudicou substancialmente a trajetória de crescimento econômico que começava a ser retomada. Entretanto, mesmo assim, os protestos por democracia aumentaram ao longo da década, e culminaram no assassinato de Park em 1979.²¹

Em relação à questão nuclear, a década de 70 ficou marcada pelo início do programa nuclear do governo sul-coreano — em uma clara resposta à doutrina Nixon que previa a autodefesa. Quando da saída das tropas americanas, o governo de Park instituiu um Comitê de Exploração de Armas que optou por desenvolver armas nucleares. Porém, em 1975, devido à pressão dos Estados Unidos, a Coreia do Sul aderiu ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP); apesar de o programa permanecer ativo clandestinamente até o fim do governo de Park Chung Hee (HYNUNG-A, 2004). Nessa década, a Coreia do Norte também avançou seu programa nuclear, aumentando a capacidade do reator já instalado e iniciando a construção de um reator de 5MW de capacidade. Em 1977, assinou um tratado que permitia que a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) vistoriar as instalações de Yongbyon.

Finalmente, a década de 70, que rompeu com a trajetória política que caracterizava a relação entre as Coreias desde o fim da guerra em 1953, ficou caracterizada pela consolidação do modelo econômico sul-coreano e pela ascensão econômica da Coreia do Norte. Além disso, foi nessa década que a questão da reunificação voltou a ser discutida em bases reais — e isso se deve, principalmente, a um afrouxamento das imposições da Guerra Fria sobre a península.

²⁰ Esse período também é conhecido como *Yushin*.

²¹ O assassinato de Park pode ter sido cometido por um agente da inteligência sul-coreana em colaboração com os Estados Unidos. Porém, não há uma comprovação definitiva dessa ligação (HYUNG-A, 2004).

2.6 Os anos 80 e o governo Reagan

A chegada da década de 80 influenciou decisivamente no futuro da península. A partir dessa década, com a ascensão de Reagan e a retomada das hostilidades da Guerra Fria, a polaridade mundial começava a ser alterada e, conseqüentemente, a polarização no leste asiático também. O governo conservador de Reagan adotou uma política totalmente distinta daquela adotada por Carter — o que, entretanto, não impediu que existissem encontros diplomáticos entre as duas Coreias para discutir a questão da reunificação.

Após o assassinato de Park Chung Hee, um golpe de estado levou ao poder Chun Doo Hwan²²; que, praticamente, manteve a política mais agressiva de Park — a lei marcial foi mantida, e ele continuou perseguição de adversários políticos. Porém, ele adotou uma postura de retomada do crescimento baseado em leis monetárias mais restritivas e taxas de juros mais baixas que contribuíram para a estabilidade dos preços e para o surgimento de um novo *boom* econômico. Esse *boom* teve lugar, especialmente, na indústria de semicondutores, eletrônica e automobilística.

A década de 80 marcou, também, na Coreia do Sul a fase de redemocratização política. Esse período turbulento acabaria por expor muitas das figuras políticas que viriam a moldar o futuro político da mesma. Kim Dae Jung, Kim Young Sam²³, entre outros, destacaram-se como figuras políticas em um período de erosão social. Os protestos pela redemocratização do país aumentaram ao longo da década, e o risco de uma escalada de violência repressiva preocupava, principalmente, os Estados Unidos. Mesmo o desenvolvimento econômico já não era suficiente para contrabalançar o descontentamento com o regime autoritário que se perpetuava desde o governo de Park Chung Hee. Nesse contexto, Reagan apareceu como um interlocutor entre o governo de Chun e os principais líderes de oposição. Após uma sequencia de desdobramentos políticos, a oposição se dividiu, o governo conseguiu controlar o processo eleitoral (redemocratização) e elegeu um candidato da situação: Roh Tae Woo (PIKE, 2010).

Esse novo momento político levou ao diálogo de Pequim²⁴, que consistiu, por parte de EUA e Coreia do Sul, na adoção de medidas que levassem a uma reaproximação entre as duas Coreias. Àquela altura, o recrudescimento político por que passava a União

²² Chun Doo Hwan era um general do exército sul-coreano.

²³ Kim Dae Jun e Kim Young Sam eram líderes da oposição. Apesar de fazerem oposição a Park Chung Hee tinham posições políticas distintas.

²⁴ “*The Beijing Talks*” — tradução do autor

Soviética — parceira estratégica para economia norte-coreana — levou a um crescente isolamento do país de Kim Il Sung. Em 1988, portanto, o Departamento de Estado norte-americano anunciou, entre outras coisas, que autorizava seus diplomatas a manter conversações com representantes norte-coreanos, e que autorizava o comércio de bens de primeira necessidade (remédios, alimentos, roupas) com a Coreia do Norte.²⁵

Quando George Bush assumiu a presidência dos EUA, o diálogo de Pequim foi realizado. Primeiramente, a administração de Bush exigiu da Coreia do Norte, entre outras coisas, a adesão às salvaguardas da AIEA, o fim da propaganda antiamericana e garantias de que não daria suporte a atos de terrorismo. O governo norte-coreano acreditava que essa era uma oportunidade de discutir pontos importantes nas relações entre os dois países (principalmente, por tratar-se de uma negociação direta, sem a presença da Coreia do Sul). Por isso, ele exigiu em contrapartida que o Armistício de 1953 fosse substituído por um tratado de paz satisfatório, que os exercícios militares entre EUA e Coreia do Sul — que ocorriam rotineiramente — fossem suspensos, que fossem retiradas as tropas americanas da península e que ela fosse declarada uma zona livre de energia nuclear (*nuclear-free zone*). A Coreia do Norte requisitou, também, que as discussões fossem levadas aos mais altos círculos diplomáticos, alegando que assuntos de tal relevância não poderiam ser debatidos se fossem mantidos nos mais baixos escalões. Essas divergências acabaram por impossibilitar um avanço substantivo para um entendimento entre as duas partes, mas surgiram como reflexo de um momento propício para a evolução do relacionamento entre as Coreias.

Esses contatos diplomáticos são efeitos, também da política externa Roh para a Coreia do Norte, que ele lançara em 1988. O presidente sul-coreano declarou que iria buscar um melhor relacionamento com URSS, China, e os demais países comunistas, e que não se oporia a um avanço nas negociações entre RPDC, Japão e Estados Unidos. Além disso, Roh apoiou a entrada simultânea das duas Coreias na ONU, e estimulou a “Conferência consultiva para a paz” — que reuniria as duas Coreias, Japão, União Soviética, China e Estados Unidos.²⁶

²⁵ Esse ato revogava parte dos vários embargos promovidos pelos Estados Unidos. Os embargos começaram em 1949. A Coreia do Norte ainda seria enquadrada em vários outros tratados; entre eles destacam-se: Ato de Comércio com Inimigo (1950); Ato de Comércio (1974); Ato administrativo de Exportação, Ato de Controle de Exportação de Armas, Ato de ajuda estrangeira — que proibiu empréstimos do FMI e do Banco Mundial, e por fim o Ato Antiterrorista — que impedia várias transações com a Coreia do Norte, pois essa constava na lista de países terroristas (CUMINGS, 2004)

²⁶ Essa conferência pode ser considerada o embrião do diálogo das seis partes (*Six-party Talks*) dos anos 2000; que reúne as duas Coreias, Japão, EUA, China e Rússia.

No final da década, as negociações entre Coreia do Sul e URSS lançaram nova luz sobre as negociações intercoreanas. A crise econômica que atravessava a URSS permitiu uma aproximação entre os antigos adversários políticos — e facilitou a discussão sobre a questão da divisão da península. Porém, esse encontro, Moscou-Seul, não foi visto de forma positiva pelos norte-coreanos, que denunciaram a criação de uma aliança tripartite — entre EUA, RC e URSS. O fato é que, apesar de uma política de estabelecimento de diálogo em relação ao bloco comunista, incluindo os países do leste europeu, o governo de Roh não concedeu nenhuma atenção especial aos pedidos norte-coreanos. A retórica favorecia a aproximação entre as duas Coreias, mas carecia de ações efetivas que tornassem possível um diálogo verdadeiramente produtivo. Assim, como efeito, parecia querer obter um isolamento maior da Coreia de Kim Il Sung. Por conseguinte, como resposta à “política para o norte” de Roh, a Coreia do Norte buscou uma aproximação com Japão e Estados Unidos.

A Coreia do Norte, naquela década, durante o 6º Congresso do Partido dos Trabalhadores da Coreia, havia escolhido o sucessor de Kim Il Sung: Kim Jong Il²⁷. Essa indicação, entretanto, não teve impactos diretos na política norte-coreana, que àquela altura parecia estar mais isolada do que jamais estivera. Os governos de Reagan e Thatcher — que promoveram um impulso conservador na política mundial — e o crescimento econômico dos países asiáticos, especialmente da República da China (Taiwan) e Coreia do Sul, bem como a abertura chinesa acabaram por deixar a Coreia do Norte sem muitas opções na cena internacional. Além disso, a Coreia do Norte começou a experimentar um déficit energético e econômico durante os anos oitenta, em parte como resultado do panorama regional. A discrepância econômica entre as duas Coreias cresceu vertiginosamente durante essa década — e acabou por demonstrar de fato que a economia norte-coreana passava por um momento crítico.

Destarte, o final da década de oitenta representou o início de um novo momento nas relações intercoreanas, não apenas pelo início da queda do paradigma político internacional, mas pela inversão da posição econômica entre as duas Coreias. A década de 80 foi o ponto culminante da formação da identidade moderna que começara no início do século XX e que se consolidara durante toda a Guerra Fria. As oscilações políticas que marcaram o panorama político coreano começavam a se solidificar sob novas

²⁷ Kim Jong Il era o filho primogênito de Kim Il Sung. E hoje exerce a função de secretário geral do partido dos trabalhadores da Coreia, comandante supremo do exército da Coreia, e é referido como o “Supremo Líder”.

bases. Assim, com a queda da URSS, a aproximação de Coreia do Sul e China e com a nova polaridade e polarização internacional, a península vivenciaria uma nova conjuntura política.

3 O PÓS-GUERRA FRIA E O SÉCULO XXI

A Guerra Fria foi determinante na configuração da estrutura político-histórica da península coreana a partir da segunda guerra mundial. O fim do embate ideológico entre Estados Unidos e União Soviética trouxe novas implicações para o relacionamento das duas Coreias, bem como para o relacionamento dessas com os vizinhos. Além de representar o fim de um dos principais apoiadores do regime do norte, o término da guerra fria fez emergir uma nova polaridade mundial. Assim, os problemas regionais passaram a ter novas dimensões e acabaram por serem incluídos na nova lógica regionalista/multilateralista de resolução das disputas.

Assim, ao longo da década de 1990, muitos acordos de entendimento entre as duas Coreias e os EUA foram realizados, provocando a sensação de que o problema coreano entrava em uma fase de resolução. A chegada de Kim Dae Jung à presidência sul-coreana (1998–2003) representou um marco histórico nas relações entre os vizinhos, dado o lançamento da *Sunshine Policy* — uma política sem precedentes de aproximação com os norte-coreanos. Ela veio como reação a uma década de idas e vindas nas relações entre coreanos e norte-americanos, e após a crise humanitária que se instalou na RDPC após as catástrofes naturais de 1995.

Entretanto, os anos 2000, que ficaram marcados pela guerra contra o terror, reverberaram na península coreana. A Doutrina Bush recolocou a península em um estado de alerta e confrontação. A inclusão da Coreia do Norte entre os países pertencentes ao “eixo do mal” gerou um recrudescimento das relações intercoreanas e retardou os efeitos da *Sunshine Policy*.

Por fim, o retorno dos conservadores ao poder na Coreia do Sul e a ascensão de Barack Obama nos Estados Unidos da América, acabaram por decretar o fim da *Sunshine Policy*. Contudo, a emergência de questões de ordem estrutural, como a questão energética e a questão da integração regional, fizeram renascer a esperança de uma convivência pacífica entre as duas nações irmãs.

3.1 O fim da URSS e a nova dinâmica regional

Com o fim da União Soviética, a Coreia do Norte perdeu um dos seus maiores parceiros estratégicos e patrocinadores. O fim do regime soviético acabou, também, com o fornecimento subsidiado de combustível e de grãos. A perda desse parceiro representou um obstáculo considerável à economia norte-coreana, na medida em que, com a queda no fornecimento de combustível, até mesmo a produção alimentar decaiu. Estima-se que a autossuficiência alimentar caiu de cerca de 80% para 60% (FAO, 2011). A crise energética norte-coreana, que iniciara na década de 80, agora se agravava. Isso levou a uma postura de cooperação com os vizinhos, especialmente com a Coreia do Sul. O colapso da URSS levou o Norte a adotar algumas importantes decisões: primeiro, normalizar as relações com os EUA; segundo, buscar uma coexistência pacífica com o Sul; e, por fim, introduzir reformas de mercado (CUMINGS, 2004).

Esse novo panorama induziu a uma reaproximação entre as duas Coreias, que acabaram por firmar, em 1991, o “Acordo para Reconciliação, Não-agressão, Cooperação e Intercâmbio entre Norte e Sul”²⁸; que mudou o cenário de inter-relação dos vizinhos (MAGNO, PITT & BRITES, 2011). Esse acordo, além de lançar novas bases para as negociações de assuntos sensíveis, determinava que ambos os lados respeitariam os regimes vigentes; que as duas Coreias lutariam juntas para que o armistício em vigor fosse transformado em um acordo de paz; e que os dois países parariam de competir e confrontar-se, e passariam a cooperar na arena internacional a fim de promover o prestígio coreano. Além disso, ele também previa a cooperação na área de infraestrutura — com ligação de ferrovias e rodovias. Esse acordo histórico renovou a esperança de que uma paz satisfatória para os dois lados seria alcançada. Ainda em 1991, a inclusão das duas Coreias como membros plenos das Nações Unidas refletiu, não apenas o novo momento de diálogo pelo qual passavam os dois países, mas também o ambiente internacional favorável. Ainda em 1992, as duas Coreias assinaram a “Declaração Conjunta para a Desnuclearização da Península” — sob os esforços de Roh e Kim Il Sung (CHA, 1997).

No início da década de 90, a questão nuclear estava ligada à necessidade norte-coreana de mitigar a carência energética, e por isso a integração com os vizinhos era fundamental. Assim, a questão nuclear, que havia sido objeto de disputa desde os anos

²⁸ “Agreement on Reconciliation, Nonaggression, Cooperation, and Exchange Between North and South”.

setenta, parecia estar se encaminhando para uma resolução pacífica — incluída na lógica de desintegração da antiga ordem mundial que passava a ser substituída por uma nova ordem ascendente. A absorção do bloco socialista passava a ser o paradigma que nortearia as relações entre as duas Coreias durante grande parte da década de 90 — principalmente, após o exemplo da reunificação da Alemanha. Com a absorção da Alemanha Oriental, tornavam-se comuns as comparações entre as duas situações — esperava-se que a perda do suporte financeiro e o isolamento internacional gerariam um colapso norte-coreano. Contudo, essas comparações ignoravam o fato de que as duas Alemanhas não haviam passado por uma guerra fratricida que marcou a separação e que pautou as relações entre as duas Coreias, bem como, ignoravam as diferenças de nível de inter-relação econômica existentes entre as Coreias e aqueles países na Europa.

Assim sendo, a década de 90, iniciou com a reaproximação das duas Coreias e com o surgimento de acordos que pareciam induzir à crença de que as duas acabariam — mais cedo, ou mais tarde — por se reunificarem. Porém, com a eleição de Kim Young Sam — que adotava uma linha política mais dura frente ao norte — para a presidência da Coreia do Sul; com a morte de Kim Il Sung e com a ascensão de Clinton, esse panorama político iria passar por mudanças significativas nos anos subsequentes.

3.2 A ascensão de Kim Jong Il e o governo Clinton

O ano de 1993 marcou a evolução da proposta norte-coreana de criação de uma confederação coreana ou Confederação da República Democrática do Goryeo²⁹ através da publicação do Programa dos 10 pontos para a Reunificação do País de Kim Il Sung. Segundo Sung, a reunificação deveria acontecer com a criação de um estado pan-nacional unificado que pudesse representar os dois regimes igualmente, e que fosse declaradamente neutro, ou seja, não possuísse nenhuma aliança vinculante com nenhuma grande potência. Além disso, o documento previa que nenhum dos dois regimes poderia querer prevalecer sobre o outro — seja pela dominação, seja pela absorção (SUNG, 1993).

Esse documento, aliado aos outros acordos firmados, acabou por criar — conforme já citado — uma aura favorável para a reaproximação entre as Coreias. No

²⁹ O nome Goryeo faz referência a uma antiga dinastia coreana que reinou na Coreia entre 918 e 1392 d.C.

entanto, além das questões conjunturais políticas na Coreia do Sul e nos EUA e da morte do supremo líder Kim Il Sung (principal interlocutor com o ocidente), a falta de adaptação norte-coreana para uma economia mais integrada na lógica de mercado somada à escalada de atritos referentes à questão nuclear acabaram por dificultar um processo de diálogo entre os dois vizinhos. Apesar disso, ainda em 1993, EUA e Coreia do Norte lançaram uma declaração conjunta na qual afirmavam o compromisso com o não uso/ameaça de uso da força, com a não interferência em assuntos internos, e com o apoio para a reunificação das duas Coreias. Além disso, a Coreia do Norte comprometia-se a desistir por tempo indeterminado da sua retirada do TNP. Essa declaração conjunta foi realizada já sob a bandeira do governo Clinton nos EUA — e resolvia uma tensão que começara com a realização dos exercícios de guerra “*Team Spirit*”, quando a Coreia do Norte anunciou que se retiraria do TNP. Esses exercícios militares iam de encontro a um dos princípios básicos do TNP: os países que não possuem armas nucleares não devem ser ameaçados por aqueles que as possuem. Essa crise diplomática entre EUA e Coreia do Norte começara com o anúncio, do chefe do comando militar estratégico dos EUA, de que os EUA estavam redirecionando seu arsenal bélico — da URSS para a Coreia do Norte (CUMINGS, 2004).

Ainda em 1993, o governo norte-coreano surpreendeu os norte-americanos ao sugerir a troca de todo seu programa nuclear com reator de grafite por um reator de água leve (RAL).³⁰ Esses reatores além de serem mais seguros em termos de produção de armamento nuclear, contribuiriam para resolução do problema energético norte-coreano. Após essa primeira oferta norte-coreana, os asiáticos criaram um “pacote” com as suas demandas para um entendimento com os Estados Unidos. Segundo Harrison (2002), esse “pacote” incluía uma declaração dos EUA de que não iria atacar a Coreia do Norte, um plano para a melhoria das relações entre os dois países, a suspensão do “*Team Spirit*”, a permanência das inspeções das salvaguardas da AIEA, o fim do antagonismo e das ameaças nucleares americanas contra a RDPC, e, por fim, o fornecimento dos novos reatores. Além disso, o pacote incluía a troca do estabelecimento de escritórios de representação, a substituição do armistício por um tratado de paz, a suspensão das restrições comerciais — como o Ato de Comércio com o Inimigo, a admissão da Coreia do Norte na APEC³¹ (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico), entre outras coisas.

³⁰ Em inglês: LWR — Light-Water Reactor — são reatores mais caros, mas com uma capacidade de produção muito mais eficiente.

³¹ A APEC é um fórum para os países do pacífico que busca promover o livre-comércio, e cooperação econômica por toda a região. Foi estabelecida em 1989, dentro do contexto de maior integração das economias asiáticas.

Resumidamente, essas são as demandas essenciais da Coreia do Norte; pois vão ao encontro das necessidades primárias do país: segurança militar, energética e econômica.

O governo Clinton passou a buscar um engajamento construtivo com a RDPC, baseado nas diretrizes principais de sua política externa, que preconizavam a solução de problemas regionais (agora o principal foco de atenção do governo norte-americano, dado o fim da URSS) através de fóruns multilaterais. Assim, conforme as bases da Declaração Conjunta de 93, o governos, norte-americano e norte-coreano, chegaram ao Acordo de Genebra em 1994.

Esse acordo previa a substituição dos reatores de grafite por RAL's, que gerariam cerca de 2.000MW, até 2003; a criação de um consórcio internacional para financiar e abastecer o novo reator; e os EUA e a RDPC iriam assinar um acordo para a cooperação na área de energia nuclear para fins pacíficos. Mais do que isso, o acordo instituiu o fornecimento de petróleo dos EUA para a RDPC (em um prazo de até três meses), e estabelecia a criação de um sistema de construção de confiança mútua — tanto na área militar, econômica e nuclear (ACORDO DE GENEBRA, 1994). A construção do novo reator ficou a cargo de um consórcio entre Japão, Estados Unidos e Coreia do Sul — que fundaram, em 1995, a KEDO³² (Organização para o Desenvolvimento Energético da Península Coreana). O governo sul-coreano apenas exigiu que a Corporação Coreana de Energia Elétrica tivesse participação na sua construção, pois assim poderia controlar e monitorar os reatores.

Ainda em 1994, durante as negociações para estabelecimento do acordo entre EUA e RDPC, a morte de Kim Il Sung³³ chocou a política coreana. Sung participava da política coreana desde a década de 30, e sua morte trouxe incerteza quanto ao futuro político da Coreia do Norte. Mais uma vez, os rumores acerca de um colapso se intensificaram, principalmente quando em 1995 uma catástrofe natural ocasionou grandes enchentes que acabaram por desalojar milhares de pessoas. O nível de destruição causada pelas enchentes, seguida pela seca, causaram uma tragédia humana que levou a FAO³⁴ a instalar um escritório permanente na RDPC. Além da tragédia causada diretamente pelas catástrofes, o problema se alastrou devido à destruição das reservas de alimentos e à péssima colheita (HAGGARD, 2008). Assim, uma onda de má nutrição se alastrou pelo país. Paralelamente, muitas doenças infectocontagiosas se disseminaram por causa das

³² O acrônimo original advém do inglês: Korean Peninsula Energy Development Organization.

³³ Kim Il Sung morreu aos 82 anos vítima de um ataque cardíaco.

³⁴ Food and Agriculture Organization.

condições primárias de saneamento. Além disso, uma onda de refugiados se formou em direção à China. Estimativas afirmam que, desde essa época até hoje, o número de coreanos vivendo no país vizinho varia entre 30 e 100 mil (KANTO, 2010).

Paralelamente, o governo sul-coreano de Kim Young Sam adotou uma postura de exploração da tragédia norte-coreana. Durante o governo de Young Sam, o relacionamento com o norte foi muito oscilante, passando por fases de aproximação e outras de ameaças e escalada de violência. Nesse episódio, porém, a Coreia do Sul usou a tragédia como propaganda em favor da superioridade do seu regime. Essa atitude reflete o princípio básico guiador da política externa de EUA e Coreia do Sul para a Coreia do Norte: a espera pelo colapso — teoricamente — iminente. Inclusive, quando do estabelecimento do Acordo de Genebra, acreditava-se, nos círculos internos da política norte-americana e sul-coreana, que muitas das exigências, como a instalação do RAL, não precisariam ser concluídas, pois seriam precedidas pela queda do regime comunista do norte — e, se fossem realizadas — poderiam ser consideradas como um investimento de longo prazo na infraestrutura da Coreia unificada pós-absorção (HARRISON, 2002).

3.3 Kim Dae Jung e a *Sunshine Policy*

O cenário das relações intracoreanas começou a mudar drasticamente com a ascensão ao poder de Kim Dae Jung. Enquanto nos EUA mantinha-se o governo de Clinton por mais um mandato, a Coreia do Sul — vivendo o epicentro da crise asiática de 1997³⁵ — acabou por eleger, pela primeira vez, um líder de oposição não-conservador. Jung teve de recorrer ao FMI para buscar estabilizar a economia vacilante da Coreia do Sul, e acabou adotando medidas restritivas que pudessem frear a quebra da base da economia liderada pelos *chaebols*.

Em 1996, a Coreia do Sul foi incluída na relação dos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)³⁶. Isso era

³⁵ A crise asiática de 1997 foi uma crise financeira que se iniciou na Tailândia. Afetou principalmente, além da Tailândia, a Indonésia e a Coreia do Sul. Acabou atingindo, também, mais severamente Laos, Hong Kong, Malásia e Filipinas. Todavia, a Coreia do Sul foi o “tigre asiático” mais afetado, conforme Magno e outros (2011).

³⁶ A OCDE é uma organização internacional que busca estimular o comércio internacional e progresso econômico. A maioria dos membros da OCDE é composta pelos países com melhores índices econômicos e de Desenvolvimento Humano no mundo.

revérbero da pujança econômica vivenciada pelo país, atingida após os dois milagres econômicos vividos. Contudo, a crise de 1997 acabou por evidenciar alguns gargalos remanescentes na economia do sul, como a ineficiência do sistema financeiro e bancário e a falta de capacidade de dinamismo dos *chaebols*. Esse quadro acabou afastando os investimentos estrangeiros diretos, que eram a base do desenvolvimento de cerca de 7% a.a. (NOLAND, 2002). Para resolver a situação, Kim optou por uma reestruturação dos *chaebols*, visando dinamizar o eixo da economia sul-coreana. Essa reestruturação era baseada no aumento da transparência da administração dos conglomerados, no aumento da estrutura de capital das firmas e na ampliação do *accountability* no controle administrativo. Além disso, a reforma buscava proibir que o capital financeiro dominasse a indústria, suprimir o investimento circular e as transações ilegais entre as afiliadas dos conglomerados e prevenir as “heranças” ilegais para os herdeiros dos *chaebols* (WON, 2004). Essas mudanças atingiam o cerne da economia sul-coreana, bem como um dos grandes grupos de influência da política sul-coreana. A crise dos conglomerados, que haviam sido a base dos *booms* econômicos anteriores originava-se da administração concentrada e pouco dinâmica das empresas familiares. A tabela 1 mostra as maiores empresas por setor ao final da década de 90. Não há como não perceber a grande concentração familiar que existia na economia daquele país.

Tabela 1 — Maiores Empresas por Setor no final da década de 90

Setor	Companhias
Refino de Petróleo	Hyundai Oil Refinery
Semicondutores	Hyundai Electronics
Fabricação de trens	Hyundai Mobis
Aeroespacial	Samsung Aerospace, Daewoo Heavy Industries, e Hyundai Space & Aircraft
Geração de Energia	Samsung Heavy Industries e Hyundai Heavy Industries
Motores Náuticos	Samsung Heavy Industries
Petroquímica	Samsung General Chemicals e Hyundai Petrochemicals .
Automobilística e Eletrônica	Hyundai Co., Samsung Motors, Daewoo Electronics e LG electronics.

Fonte: Adaptação de MOCIE (2001).

A compreensão do momento e da estrutura econômica da Coreia do Sul é fundamental para o entendimento da formulação da política externa prevalente naquele momento. A importância dos *chaebols* na economia impacta no estabelecimento da política externa — principalmente, em relação à Coreia do Norte. O fluxo de investimento está muito ligado ao ambiente regional favorável, e, naquele momento, a busca por essa reformulação era o sinal de que Kim representava uma inflexão na história política e econômica da Coreia do Sul. O novo presidente representava o rompimento político com a elite dominante do país desde a sua fundação em 1948.

Esse sopro de mudança trazido por Kim Dae Jung foi mais marcante pelo estabelecimento da “*Sunshine Policy*” em 1998. Ao contrário de seu sucessor, Kim procurou adotar uma postura de pleno diálogo com o governo de Pyongyang. A *Sunshine Policy* foi uma política de cooperação e reconciliação com o norte, e de apoio às iniciativas norte-coreanas de aproximação com Washington e Tóquio. Inicialmente, como prova de suas intenções, enviou ajuda alimentar (o norte ainda sofria com as consequências das catástrofes naturais), suspendeu as restrições de negócios entre o sul e o norte, e clamou pelo fim do embargo norte-americano à RDPC (CUMINGS, 2004). Além disso, Kim rejeitou a ideia de “unificação via absorção”, contrapondo as linhas de atuação sul-coreanas anteriores. O governo de Kim afirmou que a reunificação continuava sendo um objetivo, mas que seria gradual, e que primeiramente as Coreias passariam por uma fase convivência pacífica e reconciliação.

Essa reunificação ocorreria em estágios: primeiro, os dois países viveriam em uma confederação, estabelecendo confiança mútua e cooperação, com dois regimes de governo, exércitos e política externa; no segundo estágio, após um longo período de preparação, as duas Coreias chegariam à reunificação sob uma federação — seria um país, com um governo, um regime político, mas com duas regiões autônomas. Esse governo central iria cuidar de assuntos de diplomacia, defesa e macropolítica. Por fim, em um último estágio, as duas Coreias se tornariam um país só, com um governo para todos os coreanos. Então, Jung substituiu a busca por uma “unificação”, por “políticas de engajamento construtivo” (LEVI & HAN, 2002). A sua administração baseou sua interação com a RDPC em três princípios: não tolerância às provocações do norte; fim dos esforços sul-coreanos para minar e/ou absorver o norte; e, por fim, em uma busca ativa por reconciliação e cooperação com o norte.

O governo de Kim entendeu que a separação das esferas de atitude frente ao norte — política e econômica — era fundamental para determinar a evolução das relações

entre os dois vizinhos. Dada a crise econômica e humanitária da RDPC, o governo sul-coreano adotou uma postura de estabelecer maiores conexões econômicas, a fim de criar uma atmosfera de cooperação e proximidade mais eficiente, e que pudesse ser transbordada para esfera política. Assim, o objetivo era aproximar mais econômica e culturalmente as duas Coreias e, a partir daí, então estreitar os laços políticos (MAGNO, PITT & BRITES, 2011). A partir dessa nova atitude sul-coreana, os norte-coreanos começaram a mudar sua postura frente aos EUA. Segundo Harrison (1997), eles teriam começado, inclusive, a admitir que talvez preferissem que as tropas norte-americanas permanecessem na península para assegurar a estabilidade frente aos novos desafios enfrentados pela nova ordem mundial na Ásia.

Em 1999, a elaboração do Relatório Perry³⁷ representou uma nova oportunidade de resolução do problema coreano. O relatório fora encomendado com o objetivo de revisar a política norte-americana para a RDPC, e concluiu que havia a necessidade de um reajustamento. O Relatório indicava que os EUA deveriam permanecer — por um lado — com sua postura ostensiva de policiamento do programa nuclear norte-coreano, e, se possível, adotar uma abordagem que incluísse a RDPC no Regime de Controle da Tecnologia dos Mísseis (RCTM),³⁸ e, por outro, obtendo as garantias da boa-vontade norte-coreana, buscar a aproximação diplomática com a RDPC, relaxar o regime de sanções econômicas e adotar passos positivos em vista a normalizar as relações entre os dois países. O relatório também reforça a importância das “Negociações das quatro partes”³⁹ como importante foro de debate sobre o assunto e recomenda a adoção de planos de contingência para uma eventual emergência na Coreia do Norte.

Em setembro de 1999, os Estados Unidos decidiram suspender parte do embargo econômico — revogaram a inclusão da RDPC no Ato de Comércio com o Inimigo, no Ato de Regulação administrativa de Exportação. Essas medidas buscavam permitir exportações e importações de bens de consumo, transações financeiras, voos comerciais entre Coreia do Norte e Estados Unidos. Essas medidas vieram ao encontro da Súmula Intercoreana que reuniu Kim Dae Jung e Kim Jong Il no ano 2000. Esse encontro foi marcante, primeiramente, pelo fato de ser o primeiro encontro entre os líderes das duas

³⁷ Dr. William Perry foi secretário de defesa da administração Clinton entre 94 e 97 e depois se tornou conselheiro para assuntos de defesa.

³⁸ O RCTM foi criado em 1987, por Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos, com o objetivo de restringir a produção e a distribuição de mísseis com alcance de no mínimo 300 km.

³⁹ As “Negociações das quatro partes” incluem a República da Coreia, a RPDC, o Japão e os Estados Unidos. É um dos embriões do “Diálogo das seis partes”, que marca os debates acerca da questão coreana nos dias de hoje.

Coreias desde a divisão da península; segundo, pela indicação de que ambas as Coreias reconheciam suas distintas identidades e enxergavam um no outro um parceiro para o diálogo; e, por fim, pelo fato de as duas Coreias afirmarem, durante a cúpula, que a questão deveria ser resolvida unicamente pelos coreanos.

Esse encontro acabou por culminar na Declaração Conjunta Norte-Sul de Junho de 2000. A declaração afirmou que o povo coreano era o “senhor” do seu destino, e que cabia a eles decidir e estabelecer os esforços para resolver a questão da divisão da península. Além disso, concordaram acerca do método para chegar à reunificação, em resolver as questões humanitárias (como a questão do reencontro das famílias separadas pela guerra), e por fim, reafirmaram a busca por cooperação econômica, cultural e social. Essa declaração histórica marcou o início da década de 2000, e abria espaço para a abertura econômica da RDPC. Vários projetos de cooperação econômica foram discutidos. Entre eles destacam-se o projeto da região Turística de Kūmgangsan, que consiste em uma pequena localidade na RDPC projetada para receber turistas sul-coreanos que queiram visitar o Monte Kūmgangsan; e o projeto do Parque Industrial de Kaesong (PIK). Esse consistia em um complexo industrial construído e controlado pela Hyundai Asan,⁴⁰ próximo à Zona desmilitarizada, que tinha como objetivo auxiliar na recuperação econômica do norte (MAGNO, PITT & BRITES, 2011); bem como permitiria às empresas sul-coreanas ter acesso facilitado à mão de obra barata do norte. A PIK, acreditava-se, empregaria cerca de 100.000 trabalhadores em seu estágio inicial e 700.000 até 2012. Porém, até 2010, mal empregava 50.000 trabalhadores (HYUNDAI ASAN, 2009).

Nessa meia década, desde a eleição de Dae Jung, o ambiente internacional pareceu favorecer a resolução da questão coreana, porém não foi suficiente para que se estabelecesse um acordo capaz de definir uma solução para a questão coreana. A partir de então, com a eleição de George W. Bush para a presidência dos EUA, o ambiente para as negociações trilaterais entre as Coreias e os EUA mudaria drasticamente.

⁴⁰ A Hyundai Asan é um braço do conglomerado sul-coreano da Hyundai. A Hyundai é um dos maiores *chaebols* da Coreia do Sul — e controla ambos os projetos.

3.4 A Doutrina Bush (Eixo do Mal)

O governo de Bush filho (2001–2008) representou uma guinada conservadora no tratamento dispensado pelos norte-americanos à questão coreana. A sua linha dura acabou minando a criação da confiança mútua que vinha sendo estabelecida ao longo de quase uma década.

Logo no início do seu mandato, George W. Bush encontrou Kim Dae Jung, que procurou utilizar o encontro para garantir que o ímpeto de reconciliação que envolvia a península não sofresse a oposição do principal aliado sul-coreano. Kim tentou convencer Bush que a recente visita de Kim Jong Il à China — o grande aliado norte-coreano — era um sinal da intenção de proceder com reformas de mercado e de se integrar definitivamente na comunidade internacional. No entanto, a iniciativa do presidente sul-coreano não ecoou de forma positiva dentro da nova administração norte-americana — que mostrou uma grande animosidade e falta de boa vontade política para com o problema coreano. Assim, encerrava-se o ambiente que possibilitara a conclusão de acordos construtivos que pudessem mudar o panorama político da península. O comportamento norte-americano minou a política de engajamento sul-coreano e afastou outros países ⁴¹ que naquele momento buscava um acordo com a Coreia da Norte.

Com o desrespeito ao Acordo de Genebra; ou seja, o atraso na entrega de combustíveis e a não-construção do RAL, a Coreia do Norte decidiu retomar uma postura agressiva frente aos EUA. Em 2002, com o famoso discurso do presidente americano incluindo a Coreia do Norte no “eixo do mal”,⁴² como um dos patrocinadores do terrorismo e como uma ameaça à instabilidade internacional, minou de vez os esforços para uma solução pacífica e de curto prazo para o problema.

A tensão em torno da questão do programa nuclear norte-coreano acabou culminando na retirada da RDPC do TNP em 2003. Assim que declarou sua saída do tratado, sob a alegação de que os EUA vinham, incessantemente, rompendo com os acordos estabelecidos durante a administração Clinton, bem como com o armistício de 1953, ao declarar a intenção de realizar um ataque preemptivo contra o país asiático; a RDPC reativou o seu reator de Yongpyong fechado há anos devido a um acordo com os EUA. Cabe ressaltar que os EUA já haviam, unilateralmente, incluído nos artigos do

⁴¹ Como exemplo, podemos citar a União Europeia.

⁴² O eixo do mal incluía, além da Coreia do Norte, o Irã e o Iraque.

Acordo de Genebra a questão das forças convencionais e que haviam suspenso a entrega de combustível acordada anteriormente.

Entretanto, em 2003, iniciaram as “Negociações das Seis Partes”⁴³ que reuniam as duas Coreias, EUA, China, Japão e Rússia. Essas negociações tinham como objetivo resolver a questão nuclear norte-coreana e refletiam o quão relevante era a resolução do problema a região como um todo. A China, nesse momento, era governada, por Hu Jintao, pertencente a uma facção menos conservadora do Partido Comunista Chinês⁴⁴ que primava por uma aproximação com os vizinhos regionais; e o Japão, sob o governo de Koizumi,⁴⁵ dava sinais de buscar um papel de liderança na resolução dos problemas regionais, como mostra a visita do líder japonês à Coreia do Norte.⁴⁶

Apenas dois anos depois do início das negociações, o primeiro resultado efetivo foi alcançado — o lançamento da “Declaração Conjunta das Negociações das Seis Partes” reafirmou o interesse da Coreia em abdicar de seu programa nuclear em troca de assistência econômica e humanitária, bem como, por garantias de segurança. Através da declaração, EUA e a Coreia do Sul reafirmaram seu compromisso de não agredir a RDPC, e de não instalar nenhum armamento nuclear na península coreana. A declaração de 1992 foi reafirmada — devendo ser observada e implementada. Ademais, a RDPC reafirmou seu direito e interesse de utilizar energia nuclear para fins pacíficos, e os outros membros afirmaram que proveriam assistência energética à Coreia do Norte. Por fim, decidiram continuar os esforços para aumentar o nível de cooperação regional e atingir a pacificação do nordeste asiático (JOINT STATEMENT, 2005).

Na Coreia do Sul, Roh Moo-Hyun foi eleito para substituir Kim Dae Jung. O seu governo adotou uma abordagem de longo prazo para a economia, realizando reformas de mercado⁴⁷ que acabaram por minar sua popularidade. O governo de Roh obteve sucesso em conseguir diminuir as discrepâncias regionais internas, e diminuir a interdependência de política e economia — ou seja, amenizar a influência dos grupos econômicos sobre a formulação política. Além disso, durante seu mandato, Roh também iniciou um processo que seria muito relevante nos anos vindouros: a discussão acerca do estabelecimento de um acordo de livre-comércio com os EUA. Por fim, o governo de Roh acabou sendo

⁴³ O nome original em inglês é “*Six-party talks*”.

⁴⁴ Hu Jintao — presidente chinês desde 2003 — era membro da facção da juventude, e havia chegado ao poder após anos de domínio da facção de Xangai.

⁴⁵ Koizumi era líder do PLD, partido liberal-conservador japonês.

⁴⁶ Quando da visita do premiê japonês à península coreana permitiu que fossem debatidas questões sensíveis nas relações dos dois países, como o rapto de japoneses durante a década de 70 e 80.

⁴⁷ As reformas tinham como objetivo principal a busca pelo desenvolvimento balanceado entre todas as regiões e o estabelecimento da Coreia como um eixo de negócios na Ásia.

comprometido pelo fato de que teve de encarar um processo de acusações de improbidade administrativa.⁴⁸

Dessa forma, apesar dessas inovações, o governo de Roh não teve um papel proeminente na condução das negociações. Assim, o acordo estabelecido em 2005 não foi capaz de evitar que, no ano seguinte, as relações voltassem a recrudescer. No primeiro semestre de 2006, o Tesouro norte-americano pressionou para que bancos asiáticos decretassem o congelamento dos ativos norte-coreanos em Macau e em outros lugares. Com isso, a RDPC procedeu com seu primeiro teste nuclear para fins bélicos (MAGNO, PITT & BRITES, 2011). O Conselho de Segurança da ONU prontamente condenou o teste nuclear através da resolução 1718 (2006). A China, conseqüentemente, pressionou para que a Coreia do Norte voltasse à mesa de negociações das seis partes. Ela obteve no início de 2007 mais um acordo como resultado de sua pressão. Ele estabeleceu um plano de desnuclearização da península — para estar válido em sessenta dias. O país de Kim Jong Il teria de congelar seu programa nuclear em troca de ajuda financeira e da liberação dos fundos bloqueados nos bancos asiáticos (BAJORIA, 2009).

Destarte, a Coreia do Norte desativou sua principal planta nuclear de produção de plutônio, sua planta nuclear (sob a vigilância de especialistas dos EUA) e implodiu a torre de arrefecimento em Yongbyon. Essa atitude foi precedida de um pedido por ajuda econômica e concessões diplomáticas. Além disso, dada a colaboração dos norte-coreanos, EUA decidiram suspender parte dos embargos impostos àquele país.

Esse foi um dos últimos momentos em que as discussões avançaram substantivamente. Por um lado, a ascensão de um governo do Grande Partido Nacional (GPN), de perfil conservador, na Coreia do Sul, iria contribuir para que as relações norte-sul entrassem em uma fase de distanciamento. E por outro, os próximos anos de relações entre as duas Coreias seriam marcados por um lado pela existência de um ambiente regional favorável à aproximação — com a prevalência de governos mais integracionistas,⁴⁹ e que acabaram adotando uma postura de conformação dos problemas regionais.

A chegada de Barack Obama, do partido democrata, à presidência nos Estados Unidos reformou a esperança de que uma política norte-americana menos confrontante em direção ao regime de Kim Jong Il, pudesse pavimentar o caminho para uma solução da questão coreana. Entretanto, a partir de 2008, as Coreias passariam por um processo de

⁴⁸ Roh foi acusado de violação de lei eleitoral e corrupção.

⁴⁹ Especialmente, a presidência de Hu Jintao e a chegada do PDJ (Partido Democrático do Japão) ao poder no Japão. O PDJ, com o premiê Yukio Hatoyama, possuía uma agenda mais favorável a uma integração do leste asiático, e de revisão da parceria estratégica com os Estados Unidos.

maior afastamento. A atuação hesitante do governo de Obama, o endurecimento da postura sul-coreana e a ocorrência de atritos bélicos, fizeram com que a Coreia passasse por um novo período de tensão.

3.5 O fim da Era Bush e o adeus à *Sunshine Policy*

A Era Bush, conforme já discutido, representou uma fase de endurecimento das relações entre a RDPC e os Estados Unidos. A *Sunshine policy*, que havia obtido avanços substanciais nas negociações coreanas, estava agora relegada a um segundo plano. O governo de Lee Myung Bak, que se elegeu presidente na Coreia do Sul em 2008, adotou uma política conservadora frente ao norte — preocupou-se muito mais com a adoção de uma política econômica agressiva que pudesse retomar o caminho de crescimento econômico coreano.

Apesar de a vitória de Lee ter acontecido através uma margem pequena de vantagem,⁵⁰ o governo de Lee conseguiu uma aprovação popular que lhe garantisse legitimidade pra conduzir a política coreana conforme o programa de seu partido. Economicamente, Lee propôs um pacote de reformas que levassem a Coreia a ser a sétima economia mais pujante do planeta, adotou medidas de estabilização do bem-estar social, e criação de robustez econômica para enfrentar eventuais crises globais.⁵¹ Para isso, buscou estreitar as relações sul-coreanas com diversos parceiros pelo mundo — para tanto, passou a estabelecer políticas de acordos bilaterais de cooperação, livre comércio. Assim, acordos com Austrália, Indonésia, Iraque,⁵² foram firmados, e outros como o com a União Europeia e Estados Unidos evoluíram.

O ano de 2009 trouxe os reflexos da crise mundial iniciada no ano anterior. O governo de Lee reagiu cortando drasticamente os juros para fugir dos prognósticos de retração econômica — como não ocorriam havia dez anos — que assombravam a economia sul-coreana. A crise diminuiu o ritmo de crescimento que vinha se mantendo, e acabou gerando impactos nas eleições parlamentares do ano seguinte. Mais uma vez, o

⁵⁰ A vitória de Lee foi pela menor margem de vantagem desde o retorno das eleições diretas no final da década 80 (KOREA HERALD, 2008).

⁵¹ Esse plano econômico de Lee, conhecido como “Plano 747” buscava atingir um crescimento econômico de 7% a.a. e uma renda per capita de US\$ de 40.000 dólares (WORLD ECONOMY WATCH).

⁵² O acordo com o Iraque previa o fluxo de 3 bilhões de dólares em troca do fornecimento de gás e petróleo (KOREA REPUBLIC, 2011).

reflexo da economia se verificou nas urnas. Com isso, o GPN acabou sofrendo uma derrota significativa nas eleições locais — com o partido ganhando seis das treze vagas, enquanto o Partido Democrático (PD), de oposição, obteve sete. Essa eleição, além de refletir o momento econômico, acreditava-se, ser um termômetro da postura do governo frente à Coreia do Norte, já que em março do mesmo ano a questão da interação com a RDPC voltou a emergir no cotidiano dos coreanos com o torpedeamento da corveta sul-coreana *Cheonan*.⁵³ Esse episódio pôs à prova administração de Lee, que respondeu rompendo toda e qualquer transação comercial com o norte.

Essa postura agressiva do governo do GPN ficou evidenciada com a execução de exercícios militares no ano de 2010. No início do ano, o “*Cobra Gold*”⁵⁴ e, posteriormente, o maior exercício militar da história — “*Ulchi Freedom Guardian*”⁵⁵ — acabaram por instigar uma postura mais reativa do governo de Kim Jong Il, pois representariam um rompimento do Armistício de 1953. A utilização norte-coreana do *brinkmanship*⁵⁶ como instrumento de política externa se intensificou com o governo de Lee, principalmente, como reação às suas atitudes mais ofensivas, ou como instrumento de pressão antes de momentos críticos — como períodos eleitorais, por exemplo.

Essa dinâmica de endurecimento-distensão que marca as relações coreanas entrou em uma nova etapa após a derrota governista nas eleições locais. Dessa forma, o governo de Lee anunciou um plano de três passos para a reunificação e a retomada das negociações do reencontro das famílias separadas pela guerra — que viria a acontecer um mês depois dessa retomada. Os três passos enunciados são: primeiro uma “comunidade pacífica”, que inclui a desnuclearização da península; depois uma “comunidade econômica”; e, por fim, a “comunidade da nação coreana” que representaria a plena reunificação da Coreia.

Essa mudança de discurso do governo de Lee pode ser vista como um teatro de palavras; afinal, aproximam-se as eleições nacionais de 2012. O anúncio desse grande plano para reunificação, paradoxalmente, não foi acompanhado de nenhuma iniciativa efetiva que pudesse dar suporte a esse projeto. Pelo contrário, a administração de Lee,

⁵³ As investigações conduzidas por Coreia do Sul e Estados Unidos concluíram que a fragata fora afundada por um torpedo norte-coreano. Entretanto, investigações paralelas lideradas pela Rússia e China chegaram à conclusão de que a corveta afundou devido a uma mina sul-coreana.

⁵⁴ O “*Cobra Gold*” acontece anualmente e reúne Estados Unidos, Coreia do Sul, Japão, Indonésia, Tailândia e Cingapura.

⁵⁵ O *Ulchi Freedom Guardian* reúne as forças militares de EUA e Coreia do Sul. Em 2010, esse exercício reuniu mais de meio milhão de soldados.

⁵⁶ O *Brinkmanship* é a prática de forçar alguns eventos perigosos até o máximo limite possível do desastre com o objetivo de obter as máximas vantagens possíveis (MARKS, 1995).

ainda anunciou que poderia vir a criar a um imposto para a reunificação — o que pode ser visto como uma maneira de amenizar a importância que esse tema possui na agenda eleitoral.

O comportamento do governo de Lee encontrou guarida na política externa do governo de Obama. O governo norte-americano, apesar de prognósticos contrários, exerce uma política externa que muitas vezes excede em hostilidade a do governo Bush em seu último mandato. Inicialmente, a abordagem norte-americana para a Coreia foi baseada no conceito de “poder inteligente” (originalmente, “*smart power*”)⁵⁷, ou seja, uma abordagem que busca um uso equilibrado de medidas de poder brando e de poder duro, entretanto, careceu de uma atitude mais efetiva — com medidas práticas de aproximação. Hilary Clinton, secretária de estado norte-americana, enfatizou a importância das “negociações das seis partes” como um foro de solução multilateral do problema. Contudo, a diplomacia Obama tem sido muito mais reativa aos desdobramentos políticos do que propriamente propositiva. As ordens executivas 13551 e 13570,⁵⁸ que impuseram novas sanções aos coreanos, mas não trazem soluções, reforçam a ideia de que, até agora, o governo Obama parece não ter uma estratégia definida para o leste asiático, muito menos para o problema coreano. Além disso, Obama tem enfrentado durante o seu mandato a pressão para saída, ou diminuição da presença americana na região. Os protestos contra a presença das bases americanas — tanto na Coreia do Sul quanto no Japão — aumentaram nos últimos anos, e trouxeram a tona a questão de um possível desengajamento estadunidense do nordeste asiático.

Por outro lado, economicamente, os Estados Unidos vêm buscando aumentar os laços com a Coreia do Sul. O Acordo de Livre Comércio com a Coreia do Sul, recentemente aprovado pelo congresso norte-americano, é o maior desse tipo já assinado pelos EUA — e elevará o comércio dos países para cerca de 11 bilhões de dólares (CHA, 2011). Além das implicações econômicas, o acordo traz impactos estratégicos, pois amplia o escopo das relações dos dois países — traspondo, significativamente, os limites da aliança militar de mais de meio século.

Finalmente, quando analisamos os últimos anos da conjuntura política na península coreana, vemos que o ambiente regional, também, teve importância significativa

⁵⁷ O conceito de “poder inteligente” nasceu no início dos anos 2000, dentro do Centro para Estudos Estratégicos Internacionais. Joseph Nye é considerado um dos fundadores do conceito. Para maiores explicações, leia o capítulo 7 de Nye (2011).

⁵⁸ Essas ordens executivas presidenciais decretaram restrições ao comércio e às transações financeiras com a Coreia do Norte.

na moldagem dos acontecimentos. A discussão acerca da criação da Comunidade do Leste Asiático — entre China, Japão e Coreia do Sul — trouxe perspectivas positivas para as Coreias, já que a integração regional faria com que a questão fosse incorporada no escopo de problemas comunitários e, mais do que isso, reformaria a polarização regional, bem como o nível de interação desses países com os Estados Unidos. A grande questão era avaliar se a divisão da península influencia, ou poderia ser influenciada pela criação desse foro multilateral. Entretanto, com a queda de Hatoyama no Japão e um distanciamento desses três países, a comunidade parece ter ficado mais distante.

Os últimos acontecimentos sugerem que os processos políticos de China, Japão e Coreia do Sul podem ser decisivos para a evolução da situação na Coreia. O ano corrente mostrou novos indicadores para a sucessão política no leste asiático; como a ascensão de Xi Jinping,⁵⁹ na China; a instabilidade política no Japão, principalmente, após o acidente em Fukushima; e a recente derrota do candidato de Lee nas eleições de Seul. Esses acontecimentos lançam nova luz sobre a evolução da questão coreana. Além disso, o ano de 2012 é, também, ano de eleição presidencial na Rússia — onde Putin já anunciou sua candidatura com a anuência de Medvedev — e nos Estados Unidos. Em outros termos, podemos perceber que o cenário atual pode sofrer alterações, dado as possíveis mudanças políticas ensaiadas nos membros das negociações das seis partes.

⁵⁹ Xi Jinping é o vice-presidente chinês e o provável sucessor de Hu. Porém, ao contrário do atual presidente, ele é membro da facção de Xangai, cujas posições políticas defendem uma China hegemônica no leste asiático.

4 OS CENÁRIOS POLÍTICOS NA PENÍNSULA COREANA

No capítulo 3, buscar-se-á realizar uma análise do panorama estrutural, conjuntural, bem como dos indicadores políticos da península coreana. Para tanto, primeiramente se tentará traçar quais são os principais determinantes para *status quo* atual, e posteriormente se fará um balanço do impacto que cada um desses fatores traz para as relações coreanas.

Após a análise histórica realizada, questões como a identidade cultural, a cena política, a situação econômica, a questão energética, humanitária, bem como o ambiente regional foram identificadas como as principais determinantes políticas da região. Destarte, analisando o nível de influencia que essas questões exercem sobre o relacionamento entre as duas Coreias poderemos traçar cenários políticos que nos permitam entender quais seriam os eventuais desdobramentos em caso de manutenção do *status quo*, de uma aproximação (federalização) coreana ou de um colapso norte-coreano seguido de uma intervenção humanitária⁶⁰.

Os três cenários que serão desenvolvidos — manutenção do *status quo*, colapso norte-coreano e intervenção humanitária, e reconciliação coreana — buscarão responder aos questionamentos de quais serão os efeitos políticos a curto e médio prazo na hipótese de que eles ocorram. O texto, entretanto, não se propõe a definir como ocorrerão esses cenários, apenas, tentará definir se são viáveis, ou não, e quais os efeitos que gerariam nas relações coreanas.

4.1 Panorama estrutural da Península Coreana

A reflexão histórica acerca do processo de formação da identidade coreana, bem como sobre os fatores que contribuem para o *status quo* atual, nos permite traçar os principais pontos críticos para o desenho de um panorama estrutural, que nos permita compreender como ocorrem as mudanças políticas e históricas na península. Portanto, verificamos que o fator cultural, as questões energéticas e econômicas — incluindo aí, a

⁶⁰Intervenções humanitárias podem ser definidas como uma “interferência coercitiva em assuntos internos de um Estado, envolvendo o uso de força armada com ou sem autorização do Conselho de Segurança, com o intuito de combater violações maciças de direitos humanos ou de prevenir sofrimento humano generalizado” (WELSH, 2008, p. 535).

situação humanitária — bem como a política interna dos dois países e o ambiente internacional, são os balizadores dos desdobramentos políticos na península. Assim, analisaremos qual o peso exercido por cada um desses fatores na conformação politico-estratégica na Coreia, e, por fim, traçaremos o atual panorama estrutural da Península Coreana.

Primeiramente, a análise histórica nos remete a existência de uma identidade comum, que remonta aos primórdios do século I, e que foi consolidada por quase dois mil anos de convivência integrada e, de certa forma distante dos vizinhos. Por isso, qualquer análise da situação coreana tem de levar em conta que esse senso de unidade existe e que está presente na agenda social dos dois países — visivelmente, na Coreia do Sul. Apesar de após a segunda guerra mundial, especialmente após a Guerra da Coreia, a legitimação social de ambos os regimes se dar através da criação de um antagonismo de identidades — que determina que ser sul-coreano era o oposto de ser norte-coreano, e vice-versa, isso não foi suficiente para determinar o fim daquela identidade comum. Isso talvez ajude a explicar o porquê da escalada de violência não ter culminado tão facilmente em uma guerra total, mesmo em períodos de dura hostilidade. Hoje essa identificação cultural, entretanto, tem perdido força, à medida que a divisão persiste; embora ainda seja inegável sua importância na construção da agenda política coreana.

Já a questão política interna, como verificado ao longo do século XX, é essencial na construção de um panorama geral da península coreana. Em outros termos, qualquer projeção sobre o futuro das Coreias tem que considerar os desdobramentos políticos internos dos dois países, especialmente, da Coreia do Sul. Isso porque a política norte-coreana mantém — até pelo perfil do regime — uma estabilidade de postura na política externa. Assim, o perfil do governo instalado na Casa Azul⁶¹ influencia diretamente na evolução do diálogo entre as duas Coreias. Isso fica claro, quando revisamos a história da relação entre as duas vizinhas desde o fim da guerra: a inclinação política do governante sul-coreano é determinante para o tipo de diálogo que é estabelecido. O exemplo mais rico talvez seja o de Kim Dae Jung que inovou ao adotar uma política externa de entendimento e cooperação com o vizinho do norte — e, assim, obteve avanços significativos em termos práticos. Entender a política sul-coreana é, portanto, premissa para que se determine qual tipo de relação será estabelecido nos anos vindouros.

⁶¹ Sede do governo sul-coreano.

A política interna sul-coreana, atualmente, está polarizada entre o Grande Partido Nacional, do atual presidente Lee Myung Bak, e o Partido Democrático, herdeiro político de Kim Dae Jung. Essa dicotomia política também reflete uma dicotomia de comportamento em relação à Coreia do Norte, bem como programas econômicos distintos. Atualmente, o GPN é o partido mais forte do país, não só por ser o partido governista, mas por liderar as pesquisas de intenção de voto para a corrida presidencial do próximo ano. A recente eleição em Seul pode ser significativa em direção a uma surpresa nas eleições presidenciais.

O rumo das eleições está diretamente atrelado ao desempenho econômico. Quando analisamos o perfil dos candidatos vencedores nas últimas eleições gerais da Coreia do Sul, percebemos que a continuidade se deu em face de um desempenho econômico satisfatório, e, por outro lado, a ruptura veio acompanhando uma crise, ou recessão econômica. Por isso, é fundamental que compreendamos o cerne da economia sul-coreana, para entender a conjuntura atual. A economia sul-coreana é baseada (50%) em exportações (OECD, 2011). Disso decorre a política de aproximação bilateral com vários países, como é o caso do recente acordo com os EUA. Espera-se que esse acordo, juntamente com outros acordos de cooperação,⁶² possa reverter a tendência de crescimento econômico lento⁶³ (Samsung Research Center). Além disso, hoje, o principal gargalo econômico para o futuro próximo é o déficit energético que pode vir a se efetivar se não houver uma política de ampliação da oferta de energia.

Atualmente, Coreia não é autossuficiente. Ela importa gás e petróleo de outros países (principalmente da Ásia Central). Por isso, buscou esse ano ampliar o escopo de fornecedores, bem como, diminuir os custos de importação através de acordos firmados com diversos países centro-asiáticos (MACHADO, 2011), e alguns do sudeste asiático. Recentemente, firmou tratados de cooperação energética com Cazaquistão, Ucrânia e Rússia. A questão energética, que também é latente na Coreia do Norte, pode ser um elo entre as políticas externas dos dois países nos próximos anos. A RDPC tem um déficit energético crescente, carecendo de doações da China, por exemplo. Por isso, é inegável que a questão energética pode ser decisiva para futuro político da península, já que a

⁶² Recentemente, por exemplo, a Coreia do Sul estabeleceu um acordo de cooperação energética e comercial com o Vietnã. O acordo prevê que o Vietnã construa um complexo de energia nuclear com tecnologia sul-coreana. Além disso, estabelece as bases para um futuro acordo de livre comércio.

⁶³ O balanço do terceiro trimestre de 2011 mostrou que o crescimento global da economia sul-coreana foi de apenas de 0,7%. Esse é o pior índice em dois anos, no auge dos reflexos da crise (SAMSUNG RESEARCH CENTER).

criação de uma infraestrutura energética conjunta pode aumentar a interdependência das duas economias e assim diminuir os impulsos para um aumento da rivalidade.

A questão humanitária é outro fator decisivo na realização do cálculo político coreano. Desde o fim da guerra fria, a economia da RDPC não conseguiu manter um desempenho satisfatório. Além disso, algumas catástrofes naturais contribuíram para que a condição de vida dos norte-coreanos caísse abruptamente nos últimos 20 anos. Estima-se que nos últimos 15 anos, 10% da população do país tenham morrido de fome, ou de doenças relacionadas à ela. (GLOBAL SECURITY, 2011). Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)⁶⁴, o racionamento alimentar persiste, e, paralelamente, o preço dos alimentos continua a subir. Assim, o déficit alimentar que existia desde 2001 dobrou entre 2007 e 2008. Por isso, a RDPC tem um dos piores índices de má nutrição, e uma das piores taxas de mortalidade infantil da Ásia (MAGNO, PITT & BRITES, 2011). Esse quadro remete a possibilidade de um colapso no país, que levaria a uma mudança drástica na região. Por isso, as ações de política externa dos países envolvidos levam em conta esse fator, no momento de interagir com o regime de Kim Jong Il. Particularmente, China e Coreia do Sul sofreriam diretamente com deflagração de uma onda de refugiados.

Esse fato conecta-se estreitamente com o último elemento decisivo na análise política da Coreia: o ambiente regional. A península coreana é influenciada diretamente pela atmosfera política que prevalece nos países vizinhos. Isso fica evidente desde o período de colonização japonesa até as negociações das seis partes. Por isso, a polarização regional é um fator decisivo em qualquer análise política que se proponha a traçar os principais marcos estruturais coreanos. A análise da política interna de Estados Unidos, China, Japão e Rússia é, portanto, elemento indispensável para o desenho da conjuntura política na Coreia. Porém, explicar detalhadamente a política interna de cada um desses países não cabe a este trabalho. Assim nos restringiremos a definir qual é a grande disputa de poder em cada um desses países, ou seja, quais são as grandes forças em jogo e quais seus interesses principais em relação à Coreia.

Basicamente, a grande polarização existente contrapõe os neoconservadores e os não-conservadores. Os primeiros, essencialmente, defendem uma política externa mais agressiva frente à Coreia do Norte, apoiada mais em confrontação do que na utilização dos mecanismos multilaterais. O neoconservadorismo está associado à manutenção de esferas

⁶⁴ O acrônimo é oriundo do inglês: Food and Agriculture Organization.

de influência exclusivas. É claro que essa é uma divisão arbitrária e simplista, mas, de certa forma, contém a dicotomia que existe na política interna de cada país que compõe as negociações das seis partes. Mesmo na China, apesar do regime unipartidário, existem projetos concorrentes das duas principais facções do partido comunista: a facção de Xangai e a Juventude Comunista. A primeira tem uma orientação mais conservadora, menos crente no estabelecimento de laços regionais. Dessa forma, acaba adotando uma postura mais agressiva frente aos vizinhos⁶⁵.

Na Rússia, no Japão e nos Estados Unidos essa dicotomia também existe, e reflete diretamente na evolução das relações intrarregionais. Relações essas, que influenciam diretamente nos desdobramentos políticos da península. Em outros termos, um impulso externo, ou seja, condições políticas externas positivas/negativas podem induzir a uma aproximação/afastamento das duas Coreias. Isso nos remete a certeza de que qualquer solução para a questão coreana passa pela concertação regional. Dentre todos os fatores mais relevantes para a elaboração do panorama estrutural da península, esse — ambiente internacional — é o mais decisivo. Então, percebemos que a interação política entre as duas Coreias é resultado da interação de todos esses fatores. Qualquer que seja o futuro político da península coreana, ele passa, necessariamente, pela conformação de todas essas questões.

4.2 Cenário I: manutenção do *status quo*

A construção do cenário de manutenção do *status quo*, passará, primeiramente, pela observação do por que se torna crível a perpetuação desse cenário, e — posteriormente — pela análise dos impactos que essa continuidade pode trazer às relações entre as Coreias, bem como para o cenário regional. Quando analisamos a perspectiva de manutenção do *status quo* no cenário coreano percebemos que a situação tende a permanecer estável à medida que não ocorram impulsos decisivos em direção a uma mudança. Em outros termos, mesmo os atuais desdobramentos políticos, tais como a questão sucessória latente e o fantasma da questão humanitária na Coreia do Norte, bem como a possível criação de infraestrutura energética entre Coreia do Sul e a Ásia Central,

⁶⁵ Para uma compreensão mais aprofundada das divisões internas do partido comunista chinês ler “China’s Elite Politics” de Bo Zhiyue.

não parecem induzir a uma mudança decisiva no panorama atual, que nos leve a crer que em um futuro próximo a Coreia seja reunificada, ou que haja uma escalada militar em direção a um conflito bélico de maior intensidade.

Os rumores acerca de agravamento do estado de saúde do Kim Jong Il, nos últimos anos, lançaram nova luz sobre o problema relativo à sucessão política na Coreia do Norte. Assim, como ocorrera quando da ascensão de Kim Jong Il, Kim Jong Un⁶⁶ foi elevado à condição de general de quatro estrelas e de vice-presidente do PTC. Isso foi visto como um indicativo de que ele será o escolhido para suceder o pai. Pouco se sabe a respeito de Kim Jong Un, mas mesmo que o regime não conte mais com a aceitação dos tempos Kim Il Sung, é pouco provável que esse seja um fator preponderante para uma mudança política na Coreia do Norte. A aceitação do regime, de fato, não é mais a mesma dos tempos do grande líder: as grandes crises humanitárias, a recessão econômica, fizeram com que a popularidade do governo decaísse. Porém, essa queda não representa um fator de desequilíbrio ao regime — recentes pesquisas mostraram que muitos coreanos que emigraram da Coreia do Norte têm dificuldade em se adaptar nos novos países (especialmente, China e Coreia do Sul), e que a maioria sonha em retornar ao país (JOURNAL OF ASIAN STUDIES, 2011). Ou seja, ainda persiste na Coreia do Norte um forte laço cultural agregador que, a despeito dos problemas existentes, consegue manter controlada uma população destroçada por anos de recessão e crises humanitárias.

A questão humanitária que tem sido observada atentamente pela comunidade internacional, por outro lado, parece exercer uma força centrífuga capaz de gerar uma massa de refugiados e a ruína do atual sistema governamental. Essa questão está diretamente ligada às ações de política externa de China, Coreia do Sul e Estados Unidos voltadas à Coreia do Norte, tendo sido inclusive o mote principal da ação dos EUA nos 90 e do governo de Lee Myung Bak em anos recentes. Isto é, a principal estratégia adotada por esses governos era esperar o colapso norte-coreano, e assim tomar as medidas cabíveis para a absorção. Porém, mesmo após os momentos mais críticos em termos humanitários — década de 90 — o regime norte-coreano prevaleceu. Apesar de, recentemente, a Plano de Operação emergencial na Coreia (OPLAN 5029) ter sido lançado prevendo uma linha de ação em caso de um colapso norte coreano, esse documento não encontra um embasamento nos recentes números apresentados pela OMS, e pela FAO. Segundo esses dois órgãos, apesar de a situação humanitária ainda ser preocupante, e o risco presente de

⁶⁶ Kim Jong Un é o terceiro filho de Kim Jong Il.

uma nova onda de fome existir, os dados não justificam a crença de um imediato colapso. O relatório da FAO (2011)⁶⁷ mostra que a Coreia do Norte ainda concentra um grande déficit alimentar, que se traduz uma taxa alta de má nutrição. Já segundo a relatório da OMS (2011), os números são mais positivos — indicando um acréscimo nas taxas de atendimento médico, diminuição de enfermidades oriundas das péssimas condições sanitárias, etc. Todavia, esses dados são inconclusivos, e não superam os piores dados registrados quando da primeira grande fome em 1995.

A manutenção do status atual passa, prioritariamente, pela resolução da questão energética da Coreia do Norte. A questão nuclear não escalou a um estágio que justificasse uma intervenção norte-americana, servindo — majoritariamente — como moeda de troca (*brinkmanship*) em negociações internacionais. O colapso energético norte-coreano está no centro dessa questão e pode começar a encarar uma nova fase com a possibilidade de retomada do projeto de construção de um gasoduto entre Rússia e Coreia do Sul. A construção de um complexo energético que conecte a Ásia Central ao leste asiático serve às demandas crescentes, principalmente, da Coreia do Sul.⁶⁸ Esse gasoduto passaria pela Coreia do Norte e diminuiria a dependência sul-coreana do gás natural liquefeito — cujo custo é maior, bem como o seu tempo de processamento. O gasoduto teria 1100 quilômetros, sendo que 700 passariam pela Coreia do Norte.

Recentemente, a Coreia do Sul acertou acordos com Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão e Rússia, prevendo a cooperação na criação de infraestrutura (principalmente, na área de energia). Esses acordos ultrapassam a casa dos 10 bilhões de dólares e se incluem na lógica russa de tornar-se menos dependente das exportações para a Europa. A Gazprom⁶⁹ pretende aumentar o fornecimento de gás para a Coreia do Sul, de 10 para 12 bilhões de metros cúbicos. A Coreia do Sul tem aumentado significativamente seu consumo de energia, passando de cerca do equivalente a 44 milhões de toneladas de petróleo, nos anos 80, para cerca de 236 milhões em 2007.

⁶⁷ The State of food insecurity in the World, 2011.

⁶⁸ A Coreia do Sul tem um consumo de energia duas vezes maior que a média mundial, e tem crescido a um média de 9% a.a. (AIE, 2011)

⁶⁹ A Gazprom é uma das maiores empresas mundiais de energia. Essa companhia russa foi criada em 1989 e possui uma dos maiores sistemas de tubulação de fornecimento de gás e petróleo do planeta. (<http://www.gazprom.com/about/>).

Tabela 2 — Consumo energético na Coreia do Sul

	2001	2003	2004	2005	2006	2007	Porção
Carvão	45.711	51.116	53.128	54.788	56.687	59.653	25,2
Petróleo	100.385	102.379	100.638	101.526	101.831	105.495	44,6
L N G	20.757	24.194	28.351	30.355	32.004	34.663	14,7
Nuclear	28.033	32.415	32.679	36.695	37.187	30.731	13,0
Hidroelétrica	1.038	1.722	1.465	1.297	1.305	1.084	0,5
Outros	2.456	3.241	3.977	3.961	4.358	4.828	2,0
Total	198.409	215.067	220.238	228.622	233.372	236.454	100

Fonte: OCDE (2010)

A criação de uma infraestrutura energética conjunta — entre as duas Coreias — remete ao temor de que uma atitude ofensiva por parte da Coreia do Norte pudesse romper o abastecimento na vizinha do sul, e assim romper o equilíbrio estabelecido. Entretanto, a Coreia do Norte não teria controle sobre o abastecimento, serviria apenas como passagem para o gasoduto; em contrapartida receberia pagamento em dinheiro. Assim, não é sustentável a tese de que a construção do gasoduto pode vir a ser um fator de incremento da instabilidade na península. Muito antes pelo contrário, a emergência desse complexo tende a frustrar uma atitude mais hostil por parte da Coreia do Sul, que não arriscaria ver interrompido seu abastecimento — já que a reposição desse gás não seria imediata. A Coreia do Norte, por sua vez, devido ao provimento financeiro que receberia — até mesmo suprimento energético — não demonstra indícios distintos. Isso, inclusive, ficou claro na última visita de Kim Jong Il à Rússia, onde ele afirmou o interesse da Coreia do Norte em permitir a construção do gasoduto.

O estabelecimento dessa rede de infraestrutura criaria uma maior interdependência entre os dois países. Ela, mesmo que ainda tênue, estabeleceria laços que frustrariam uma escalada militar vertiginosa. Segundo Keohane e Nye (1977), a interdependência complexa se caracteriza pelo aumento de canais de interação entre sociedades (nível interestatal, transgovernamental, e transnacional), e a consequente, diminuição do uso da força na resolução de problemas. Dessa forma, mesmo a construção

de um complexo energético, não seria um empecilho à manutenção do atual estado das coisas. O atual panorama político e econômico sugere que o atual cenário tende a permanecer estável, por um bom tempo.

Em caso de manutenção dessa estabilidade, em termos militares, a tendência é que permaneçam ocorrendo atritos de baixa e média intensidade — tais como o suposto torpedeamento do Cheonan,⁷⁰ ou ataque às ilhas Yeonpyeong.⁷¹ Esses embates pontuais estão diretamente ligados ao fato de que ainda existem questões mal resolvidas — tais como a inexistência de fronteira marítima reconhecida pelos dois lados. Um conflito de maior intensidade não ocorreria sem que houvesse uma drástica mudança no cenário atual. O padrão de atuação das forças sob o manto da ONU obedece ao impulso gerado por uma atrocidade humanitária, em caso de não ocorrência de uma crise humanitária generalizada que gerasse uma onda de refugiados, não se justificaria uma intervenção militar mais aprofundada. Não parece, também, haver a possibilidade de um ataque deliberado de uma nenhuma das duas partes.

Dada a manutenção do panorama político-estratégico na península, questões centrais emergem na pauta das relações entre as duas Coreias, e no contexto do leste asiático. Com a manutenção, a questão da reunificação permaneceria latente. Isso fica evidente, quando analisamos as agendas políticas dos principais partidos sul-coreanos. Porém, quanto mais longa é a separação entre as duas Coreias, mais intrinsecamente a divisão torna-se parte do cotidiano dos coreanos — sejam eles do sul ou do norte. Pesquisas recentes mostram que a maioria dos sul-coreanos mais jovens, entre 18 e 35 anos, vê a Coreia do Norte como um país aparte, e que, portanto, a questão da reunificação não deve ser o principal ponto da pauta. Essa falta de identificação cultural tende a aumentar à medida que persista a divisão da península.

Outra questão que passa diretamente pela situação na península coreana é a integração do leste asiático. Apesar de uma península dividida não ser um fator positivo à aproximação de China, Coreias e Japão, não é por si só fator decisivo para que ela não ocorra. Ou seja, mesmo com uma península integrada, a integração do leste asiático não ocorreria necessariamente. A integração parece depender muito mais de questões internas de Japão, China e Coreia do Sul do que propriamente da questão coreana. Por isso, a

⁷⁰ O ataque ao torpedo sul-coreano Cheonan foi reconhecido como sendo oriundo da Coreia do Norte. Porém, outras investigações sugeriram que o afundamento poderia ter sido causado por uma mina aquática sul-coreana.

⁷¹ YeongPyong é um pequeno arquipélago sul-coreano situado no mar amarelo, próximo à Linha Limite do Norte (LLN) — a fronteira marítima mal definida entre as duas Coreias.

manutenção do *status quo* não interfere de forma decisiva para que essa integração não ocorra.

Além disso, com a manutenção desse cenário, o balanço de forças entre as grandes potências no leste asiático, permanece pouco, ou quase nada inalterado. O possível desengajamento norte americano sugerido pela ideia do atual governo de Obama de diminuir o número de contingentes pode trazer nova luz a essa questão, mas não parece ser decisivo para que a situação mude nesse sentido. Entretanto, o desengajamento norte-americano se assemelha à Doutrina Guam de Nixon; porque cede mais responsabilidade na ingerência dos assuntos securitários aos aliados asiáticos. Dessa forma, pode facilitar uma aproximação entre as Coreias, como ocorrera nos anos 70.

4.3 Cenário 2: colapso norte-coreano e intervenção humanitária

O colapso norte-coreano faz parte das previsões políticas para a Coreia do Norte desde o fim da Guerra Fria, principalmente após a morte de Kim Il Sung e as catástrofes naturais que acometeram o país desde o meio da década de 90. Apesar de os recentes dados não indicarem um colapso imediato, revoluções anteriores no Oriente Médio e na Europa Oriental mostram que às vezes a mudança de um quadro de aparente estabilidade para um quadro de colapso pode ser rápida. Essa impressão se reforçou pela crise do estado de saúde do líder norte-coreano. Com uma crise sucessória, acreditava-se que as deficiências estruturais enfrentadas pelo regime prevaleceriam e o regime, que resiste desde a guerra a segunda guerra mundial, sucumbiria. Porém, a capacidade de resiliência do regime norte-coreano parece ser maior do que alguns analistas internacionais acreditam.

A possibilidade de um colapso do regime norte-coreano traz implicações diretas para os vizinhos imediatos. Imediatamente, uma crise humanitária seria instalada devido ao fluxo de refugiados que emigraria do país dado o fim do fornecimento de alimentos — cabe lembrar que a Coreia do Norte sofre de déficit alimentar e de um consequente racionamento de comida. A RDPC tem, hoje, cerca de 24 milhões de habitantes (CIA, 2011), sendo que desses, cerca de nove milhões fazem parte do exército,⁷²

⁷² Seriam cerca de 7,7 milhões na reserva e 1,3 milhão no serviço ativo (CIA, 2011).

por isso, uma emergência dessa ordem levaria a necessidade de uma intervenção militar humanitária aos moldes do que aconteceu, recentemente, na Líbia⁷³ e, em 1999, na intervenção perpetrada pela OTAN no Kosovo mesmo sem mandato do Conselho de Segurança da ONU (GUIMARÃES & REIS, 2011). Dada a velocidade dos desdobramentos em uma situação dessas, o fluxo de refugiados é crescente, bem como, o número de vítimas; por isso é necessário que a coordenação das forças interventoras seja ajustada. Entretanto, a chegada das forças sul-coreanas e americanas de um lado, e chinesas de outro, pode criar atritos — não há como não recordarmos da Guerra da Coreia. Estimativas dão conta de que seria necessário um contingente entre 260.000 até 400.000 pessoas (BENNETT & LIND, 2011).

Para manter a estabilidade do país, e atingir o objetivo de manter a paz, segundo a CONPLAN/2009, elaborada conjuntamente por EUA e RC, as principais ações seriam as seguintes:

- Operações de Estabilidade: assistência humanitária direta e policiamento das principais cidades e estradas
- Controle de Fronteiras
- Eliminação de uma possível ameaça nuclear
- Desarmamento das armas convencionais
- Neutralização ou derrota de qualquer resistência militar

A lista de prioridades de ação mostra, claramente, que o caráter da intervenção transcende a questão humanitária. Tanto China, quanto Estados Unidos e Coreia do Sul elaboraram planos de contingência para lidar com o eventual colapso norte-coreano. Recentemente, o secretário de defesa norte-americano, Robert Gates, visitou a China e tentou abordar a questão da concatenação de uma intervenção; porém, o governo chinês, mantendo a postura que o caracteriza em relação a essa questão, não quis discutir um plano de ação conjunta (LEE, 2011). Os EUA e a Coreia do Sul, por outro lado, divulgaram seus planos de contingência na hipótese de colapso. O principal problema na hipótese dessa intervenção é assegurar aos chineses que a intervenção busca apenas mitigar a disseminação dos efeitos negativos e não induzir a uma mudança de regime, ou manter uma presença ativa nas proximidades da fronteira com a China (CONPLAN, 2009). Nesse cenário, ainda seria necessário garantir ao Japão que ele não seria marginalizado nas

⁷³ Além do exemplo líbio, podemos citar as intervenções no Iraque em 1991, Somália de 1992 a 1994, Haiti em 1994, Timor Leste em 1999 e Sudão (Darfur) nos anos 2000 (GUIMARÃES & REIS, 2011).

relações dos Estados Unidos na Ásia, e que a Rússia não teria ameaçado os seus interesses na região.

Se a intervenção obtivesse sucesso em não provocar uma escalada de violência maior, os próximos desafios seriam: primeiro a manutenção da paz e, posteriormente, a reconstrução do estado. Assim, o papel desempenhado pelas forças de cada país nessa reconstrução pode ser decisivo na definição do futuro político da RDPC. Mais do que isso, o desempenho de cada ator pode decidir para que lado penderá a balança de poder do nordeste asiático.

4.4 Cenário 3: reconciliação/federação coreana

O cenário de reconciliação entre as duas Coreias nos remete, diretamente, ao fortalecimento de uma política de negociação e cooperação semelhante àquela defendida nos tempos da *Sunshine Policy*. A hipótese de uma reconciliação, ou de estabelecimento de uma federação, por exemplo, torna-se crível se pensarmos em um incremento da interdependência complexa entre os dois países, à medida que aumentem os laços econômicos que os unem. Apesar de a China, por exemplo, ainda ser a maior parceira econômica da RDPC, a Coreia do Sul já é o segundo maior parceiro e o principal destino para as exportações norte-coreanas nos últimos anos (NANTO & MAYIN, 2010).

Concluindo que a questão econômica pode ser vital na retomada de um processo de aproximação mais efetiva, não há como não abordar a questão energética. Assim como a construção de uma rede de abastecimento energético que integre as duas Coreias não necessariamente induz a criação de mais um fator de instabilidade, pode permitir um maior intercâmbio entre os vizinhos. Nesse sentido, essa relação entre as duas seria pautada por uma interdependência complexa que fortaleceria a necessidade de se balizar o convívio entre os dois regimes. Assim, dada essa necessidade, buscar-se-ia uma maneira de se institucionalizar a sobrevivência dos dois governos. A busca por uma integração regional via infraestrutura energética poderia atender a demanda coreana, mas também a japonesa, chinesa e russa. Seria uma espécie de retomada da moderna rota da seda (MARTINS et al., 2011) e serviria ao projeto de reforço da diplomacia regional exercido por Rússia, China e Coreia do Sul, principalmente. Além disso, o projeto de uma reconciliação/reunificação é o cenário mais desejado pela maioria dos grandes atores

regionais. Nesse cenário, a instituição da Comunidade do Leste Asiático seria mais provável, visto que existiriam meios materiais — infraestrutura conjunta — e ambiente maior ponto de tensão na região seria superado.

O estabelecimento de uma federação presume o fim das hostilidades militares, assim a Coreia teria de estabelecer um sistema militar integrado. Com isso, o futuro do Comando Combinado de Forças (EUA-RC) e do Comando das Nações Unidas teria de ser revisto. Segundo o Plano de Operações norte-americano em caso de Reunificação de 2001, as forças extracoreanas retirar-se-iam do país, e um novo mecanismo de segurança seria instalado. A diminuição da presença norte-americana traria um novo equilíbrio de forças no nordeste asiático. Nesse contexto, a relevância estratégica da parceria entre Estados Unidos e Taiwan, e entre EUA e Japão cresceria vertiginosamente; pois, seriam os únicos dois aliados estratégicos remanescentes na região.

Por fim, com a reunificação coreana, restaria saber qual seria o perfil político dessa nova Coreia. A tendência é que a nova Coreia buscase uma aliança renovada com os Estados Unidos, talvez concorrendo com o Japão por uma posição de privilégio no leste asiático. Nesse contexto, o perfil de relação da Coreia com a China, também, passaria por uma refundação. Para a China o maior país da região, tanto em termos militares, quanto econômicos, a inclinação política da nova Coreia pode ser decisiva na polarização regional — principalmente, no estabelecimento do equilíbrio de forças. Isso fica mais evidente, pelo atual fortalecimento sul-coreano que, militarmente, tem renovado sua frota marítima, seus aviões, forjado novas parcerias militares — como com a Rússia — e, assim, buscado a maioria estratégica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da península coreana é repleta de exemplos que mostram o quanto a conformação política atual é derivada, principalmente, da polarização regional e da correlação de forças. Fica evidente que isso não significa, entretanto, que não existam outros fatores decisivos na análise política da península — como é o caso da política interna de cada um dos países e da questão econômica.

A análise dos três cenários nos permite inferir que os desdobramentos políticos na região serão decisivos para delinear a trajetória da polarização na região nos próximos anos. Por isso, quando buscamos compreender quais serão os próximos capítulos da história coreana, temos também de nos remeter à cena interna de cada um dos países interessados, Estados Unidos, China, Rússia e Japão. A disputa por zonas de influência na Ásia será determinante em uma possível inflexão da história da península.

Essa disputa encontra respaldo na polarização política interna de cada país e pode determinar se o perfil de interação prevalente será o de uma luta por zonas exclusivas de influência, ou de uma aproximação multilateral baseada em uma zona de influência compartilhada. Dado que essa é uma disputa estrutural por poder, oriunda da configuração política internacional atual, não há como acreditar que ela conduza a uma mudança significativa no *status quo* atual. Mesmo a hipótese de um colapso norte-coreano parece frágil.

Assim, nos próximos anos, a tendência é que continuemos assistindo ao mesmo padrão aproximação-atrito que vigora historicamente. Nesse sentido, com toda probabilidade, permanecerão ocorrendo os conflitos de baixa e média intensidade, que; contudo, não possuem força suficiente para gerar uma mudança significativa no padrão político que baliza a relação entre as duas Coreias. Destarte, a possibilidade de que a península coreana volte a se reunificar, a curto prazo, é pequena, quando vislumbra-se o horizonte próximo.

Porém, isso não significa que não haja a longo e médio prazo a possibilidade de uma reconciliação. A construção de uma rede de integração de infraestrutura energética, sugerida pelo diálogo entre Rússia, RDPC e Coreia do Sul acerca do gasoduto, ilustra essa perspectiva. Afinal, uma integração física dessa ordem pode incrementar o intercâmbio econômico, e tornar as duas economias mais organicamente interligadas. Isso traria incentivos para uma aproximação efetiva e renovaria a esperança de a Coreia seguir seu curso histórico como um país unificado.

6 REFERÊNCIAS

AGREED Framework between the United States of America and the Democratic People's Republic of Korea. Korea: 21 de outubro de 1994. Disponível em: <<http://www.kedo.org/pdfs/AgreedFramework.pdf>>. Acesso: 1 de outubro de 2011.

AGREEMENT on Reconciliation, Nonaggression, Cooperation, and Exchange Between North and South. 13 de dezembro de 1991. Disponível em: <<http://www.state.gov/t/ac/rls/or/2004/31012.htm>>. Acesso: 2 de outubro de 2011.

ASEAN REGIONAL FORUM (ARF). **17th Asean Regional Forum Annual Security Outlook 2010**. Ha Noi: Vietnam Asean Department, 2010. Disponível em: <<http://www.aseanregionalforum.org/Portals/0/Annual%20Security%20Outlook%202010.pdf>>. Acesso: 20 de outubro de 2011.

_____. **Chairman's Statement of Eighteenth ASEAN Regional Forum**. Bali: 23 de julho de 2011.

BAJORIA, Jayshree. **The China-North Korea Relationship**. Nova Iorque: Council of Foreign Relations, 2010.

BENETT, Bruce W. & LIND, Jennifer. The Collapse of North Korea: Military Missions and Requirements. **International Security**, Vol. 36, No. 2 (Fall 2011), pp. 84–119. Boston: Massachusetts Institute of Technology, 2011.

BLEIKER, Roland. **Divided Korea: Toward a Culture of Reconciliation**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005.

BUILDER, Carl H. **Toward a Calculus of scenario**. The Defense Nuclear Agency. Rand Note, 1983.

CAIRO Communiqué. Cairo: 27 de novembro de 1943. Disponível em: <http://www.ndl.go.jp/constitution/e/shiryo/01/002_46/002_46tx.html>. Acesso: 26 de julho de 2011.

CEPIK, Marco. A Guerra da Coreia Terminou?. **Boletim de Análise de Conjuntura Política**, Belo Horizonte, 31 de maio de 2000.

CHEONG, Wa Dae. Address by President Lee Myung-bak on the 65th Anniversary of Liberation. **Korea.net**. August, 2010. Disponível em: <<http://www.korea.net/news.do?mode=detail&guid=49076>>. Acesso: 2 de maio de 2011.

CIA. **The World Factbook**. Washington DC: CIA, 2011.

CUMMINGS, Bruce. **North Korea: Another Country**. New York: The New Press, 2004.

_____. **The Korean War: A History**. New York: Modern Library, 2010.

_____. Time to End the Korean War. **The Atlantic Monthly**, fevereiro de 1997. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/past/docs/issues/97feb/cumings.htm>>. Acesso: 10 de novembro de 2011.

DUARTE, Érico Esteves. South American Strategic Condition and Implications for Brazilian National Defense. IPSA-ECPR Joint Conference, São Paulo, February 16-19, 2011.

_____. A Análise Crítica de Clausewitz (Kritik): O Potencial Epistemológico da Teoria da Guerra. In: **Textos Selecionados do II Encontro Nacional da ABED**. São Paulo: Mercado das Letras, 2009.

DUDDEN, Alexis. **Japan's Colonization of Korea: Discourse and Power**. New York: University of Hawaii Press, 2005.

EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE (EEAS). **Democratic People's Republic of Korea (North Korea)**. 2011. Disponível em: <http://eeas.europa.eu/korea_north/index_en.htm>. Acesso em: 17 de junho de 2011.

EVANS, Gareth. The Responsibility to protect. *Nato Review*. Winter, 2002. Disponível em: <<http://www.nato.int/docu/review/2002/issue4/english/analysis.html>>. Acesso: 4 de outubro de 2011.

GAZPROM. <<http://www.gazprom.com/>>. Último acesso: 16 de novembro de 2011.

GUIMARÃES, Bruno Gomes; REIS, João Arthur da Silva. Uma nova trajetória? O Conselho de Segurança da ONU e intervenções humanitárias. In: SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS POLÍTICAS, 6, 2011, Niterói. **Anais**, Niterói, UFF, no prelo 2011.

HAE-IN, Shin. N. Korea opening up toward western media for better ties. **Korea Herald**, 21 November 2010. Disponível em: <<http://www.koreaherald.com/national/Detail.jsp?newsMLId=20110721000680>>. Acesso: 8 de outubro, 2011.

HARRISON, Selig S. **Korean Endgame: A Strategy for Reunification and U.S. disengagement**. New Jersey: Princeton University Press, 2002.

HYUNDAI ASAN. <<http://www.hyundai-asan.com/>>. Último acesso: 9 de outubro de 2011.

HYUNG-A, Kim. **Korea's Development Under Park Chung Hee**. London: Routledge Curzo, 2004.

JOINT Declaration of the Denuclearization of the Korean Peninsula. 20 de janeiro de 1992. Disponível em: <<http://www.state.gov/t/ac/rls/or/2004/3101>>. Acesso: 1 de maio de 2011.

JOINT Statement of the Democratic People's Republic of Korea and the United States of America. Nova Iorque: 11 de junho de 1993.

JOINT Statement of the Fourth Round of the Six-Party Talks. Beijing: 19 de setembro de 2005. Disponível em: <<http://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2005/53490.htm>>. Acesso: 20 de setembro de 2011.

JUNG, Ho-Bae; FEDOROVSKIY, Alexander N. **Russian National Strategy and ROK — Strategic Partnership in the 21st Century**. Seoul: Korean Institute for National Unification, 2010. Disponível em: <<http://www.kinu.or.kr/upload/neoboard/DATA05/koru-e-2010.pdf>>. Acesso: 3 de agosto de 2011.

KEOHANE, Robert O. & NYE, Joseph S. **Power and Interdependence: World Politics in Transition**. Boston: Little, Brown and Company, 1977.

KIM Jong-il in talks with Russia's Dmitry Medvedev. **BBC Online**. 24 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-pacific-14600366>>. Acesso: 25 de agosto de 2011.

LEE, Sunny. Don't ask, don't tell. **Asia Times Online**, Greater China, 14 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://www.atimes.com/atimes/China/MA14Ad03.html>>. Acesso: 18 de novembro de 2011.

LEE, Bong. **The Unfinished War: Korea**. Nova Iorque: Algora Publishing, 2003.

LEE, Chae-Jin. **A Troubled Peace: U.S. Policy and the Two Koreas**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2006.

LEE, Jongsoo James. **The Partition of Korea after World War II: A Global History**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2006.

MACHADO, Iara B. L. et al. TOPIC: Energy supply in Asia. In: GUIMARÃES, Bruno G.; LEÃO, Luíza; MUNHOZ, Athos. **Understanding beyond solutions: UFRGSMUN: beyond modelling**. Porto Alegre: Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia, 2011, p. 155–198.

MAGNO, Bruno; CHIARELLI, João; MUNHOZ, Athos e BRITES, PEDRO V. P. O Processo de Integração no Leste Asiático e o Papel das Políticas Internas, Externas e de Segurança de China, Coreia do Sul e Japão. **VII Seminário do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – UFF/RJ**. Rio de Janeiro, 2010.

MAGNO, Bruno et al. Caminhando entre gigantes: a inserção internacional dos Tigres Asiáticos e dos países da ASEAN. **Revista InterAção**, Santa Maria, no prelo 2011.

MAGNO, Bruno; PITT, Rômulo B.; BRITES, Pedro V. P. TOPIC A: Stability in Northeast Asia: the case of the Korean Peninsula. In: GUIMARÃES, Bruno G.; LEÃO, Luíza; MUNHOZ, Athos. **Understanding beyond solutions: UFRGSMUN: beyond modelling**. Porto Alegre: Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia, 2011, p. 200–216.

MALKASIAN, Carter. **The Korean War: 1950-53**. Grã-Bretanha: Osprey Publishing, 2001.

MARKS, Frederik. **Power and Peace: The Diplomacy of John Foster Dulles**. West Port: Greenwood Publishing Group, 1995.

MARTINS, José Miguel Quedi; BORILLI, Cassiana; NEVES, Edson Jr & PICOLLI, Larleciane. O Fórum Quadrilateral e os Novos Caminhos para a Regionalização Ásia Central e Meridional. **Conjuntura Austral**, pp. 62-81, v. 2, n. 8, 2011.

MINISTRY OF FOREIGN RELATIONS (MOFA). **Japan — North Korea Relations**. Tóquio: maio de 2004. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/region/asiapaci/n_korea/relation.html>. Acesso: 10 de outubro de 2011.

NANTO, Dick K.; MANYIN, Mark E. **China-North Korea Relations**. Congressional Research Service, 2010.

NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. Resolution 1718 (2006) on **Non-proliferation/Democratic People's Republic of Korea** (S/RES/1718). 14 de outubro de 2006.

_____. Conselho de Segurança. Resolution 1874 (2009) on **Non-proliferation/Democratic People's Republic of Korea** (S/RES/1874). 12 de junho de 2009.

NORTH Korea — Denuclearization Action Plan. Beijing: 13 de fevereiro de 2007.

NORTH-SOUTH Joint Communiqué. Pyongyang, 4 de julho de 1972. Disponível em: <<http://www.nautilus.org/DPRKBriefingBook.old/agreements/>>. Acesso: 3 de outubro de 2011.

NORTH-SOUTH Joint Declaration. Pyongyang: 15 de junho de 2000.

NYE, Joseph S. **The future of power**. Nova Iorque: Public Affairs, 2011.

RAHMAN, Fazal-ur. **China's Response To Russia-Georgia Conflict**. Islamabad: Institute of Strategic Studies, 2009. Disponível em: <http://www.issi.org.pk/publicationfiles/1299222178_82121445.pdf>. Acesso: 7 de outubro de 2011.

REPUBLICA DA COREIA. **Korea White Paper on Unification**. Seul: Ministry of Unification, 2005. Disponível em: <<http://eng.unikorea.go.kr/CmsWeb/viewPage.req?idx=PG0000000538>>. Acesso: 5 de outubro de 2011.

SANDLER, Stanley. **The Korean War: No Victors, No Vanquished**. Londres: UCL Press, 1998.

SCOBELL, Andrew. **North Korea's Strategic Intentions**. Carlisle: U.S. Army War College, 2005.

SNYDER, Scott; LEE, Joyce. **The Impact of the Korean War on the Political-Economic System of North Korea**. Journal of Korean Studies: vol. XIV, No. 2. Stanford, 2010.

STARES, Paul B; WIT, Joel S. **Preparing for Sudden Change in North Korea**. Nova Iorque: Council on Foreign Relations, janeiro de 2009.

STATEMENT by the Office of the Director of National Intelligence on the North Korea Nuclear Test. Washington: 16 de outubro de 2006.

STATEMENT of a Spokesman for the Ministry of Foreign Affairs of the DPRK in connection with the close of the fourth Six-Party Talks. 20 de setembro de 2005. Disponível em: <<http://www.kcna.co.jp/item/2005/200509/news09/21.htm>>. Último acesso: 7 setembro de 2011.

STATEMENT of the DPRK Government on Withdrawal from NPT. Pyongyang: 10 de janeiro de 2003.

STATEMENT of the Korean Central News Agency, in Regard to the 9 October 2006 DPRK Nuclear Test. Pyongyang: 2006. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/asiapacific/6032597.stm>>. Acesso: 7 de outubro de 2011.

TWO South Korean died in attack by the North. **BBC News**, 24 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-pacific-11827080>>. Acesso: 2 de outubro de 2011.

U.S. says N.K. missile tests 'not constructive'. **Associated Press**, março de 2008. Disponível em: <<http://www.msnbc.msn.com/id/23837556/#.ToN1DlkSRkg>>. Acesso: 3 de agosto de 2011.

UNITED STATES SECURITY COUNCIL. **NSC 68**. Washington: 17 de abril de 1950. Disponível em: <<http://www.fas.org/irp/offdocs/nsc-hst/nsc-68.htm>>. Último acesso: 2 de maio de 2011.

UNITED STATES. **International Emergency Economic Powers**. United States Code Title 50, Chapter 35. 1977. Disponível em: <http://en.wikisource.org/wiki/International_Emergency_Economic_Powers_Act#Notes>. Acesso: 26 de julho de 2011.

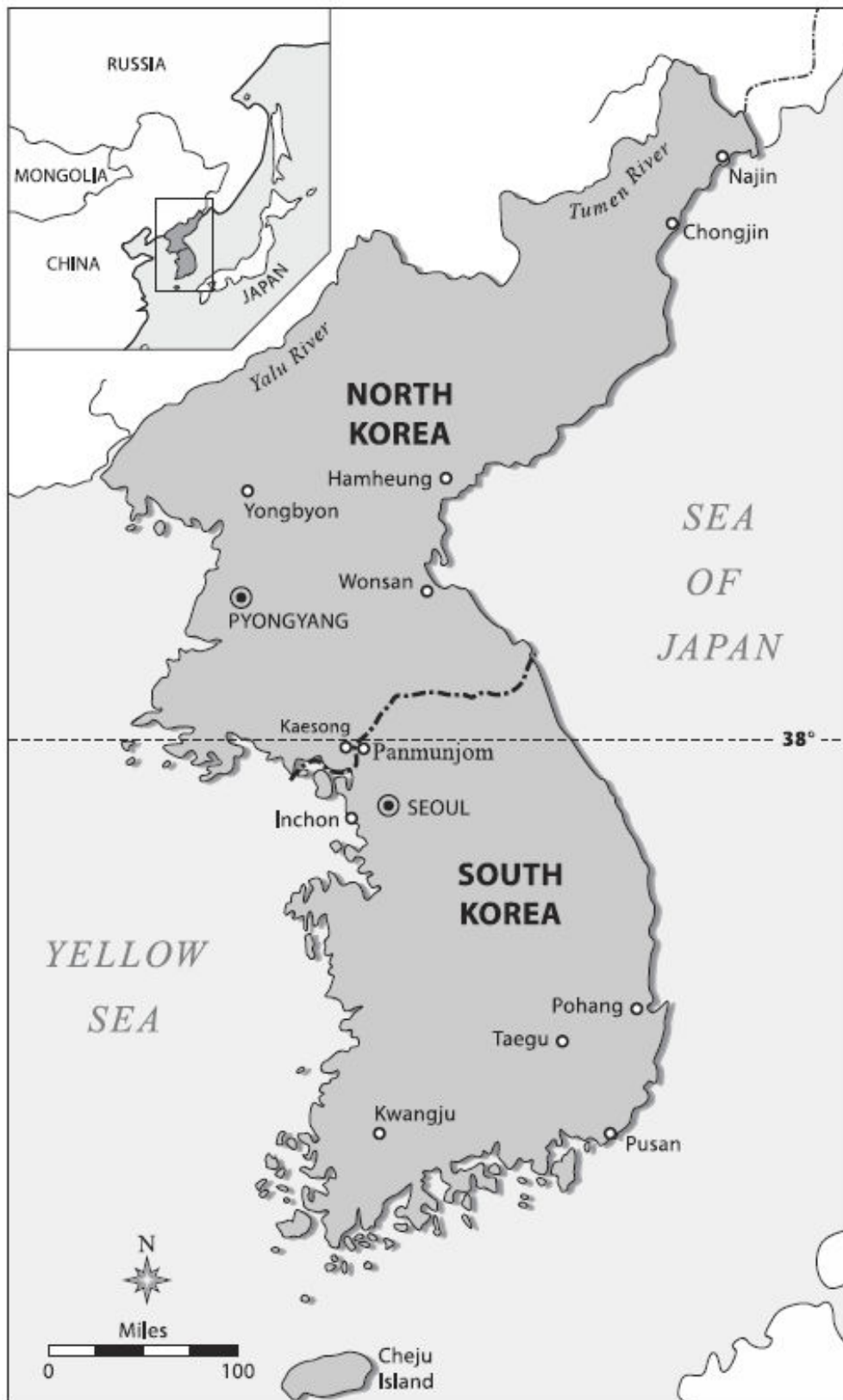
_____. **Trading With the Enemy Act**. 1917. Disponível em: <http://en.wikisource.org/wiki/Trading_with_the_Enemy_Act>. Acesso: 21 de julho de 2011.

US DEPARTMENT OF TREASURY. **North Korea Sanctions**. Disponível em: <<http://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/pages/nkorea.aspx>>. Acesso: 20 de outubro de 2011.

WELSH, Jennifer M. The Security Council and Humanitarian Intervention. In: LOWE, Vaughan et al. (Org.). **The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice since 1945**. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 535–562.

ANEXO

Figura 1 — Mapa da Península Coreana



Fonte:Harrison, 2002